



O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano X • Janeiro/Fevereiro 2010 • Nº 74

Dia Nacional do Sargento



Demonstração de solidificação e reforço da influência da ANS

Páginas centrais



**Entrevista
a Mulheres Militares**

Pág. 12

**Protecção Social
dos Militares**

**A Condição Militar
numa encruzilhada**

Pág. 6

Vencimentos

**Sistema
retributivo
agrava injustiças**

Última Pág.

No ano em que se comemora o Centenário da implantação da República, a Revolta do 31 de Janeiro foi assinalada com pompa e circunstância sob a égide da comissão das comemorações de tão importante efeméride.

Ao Porto, cidade onde ocorreu a Revolta, deslocaram-se o Presidente da República, governantes, deputados e ilustres convidados para assinalar a primeira tentativa de implantação do regime republicano. Assinala-se o facto pelo reconhecimento que implica da importância que a Revolta teve, e continua a ter, na vitória republicana em 5 de Outubro de 1910.

Os discursos oficiais reproduzem essa importância, contudo não podemos deixar passar em branco o facto de nesses mesmos discursos omitirem por completo os verdadeiros protagonistas da Revolta, os seus Heróis. Não compreendemos porquê!

As classes dominantes, as suas elites, jamais perdoam aos que ousam afrontar o poder, o seu poder e neste caso em concreto, mesmo passados 119 anos, mesmo tendo as elites dominantes outros protagonistas, este sentimento de casta dominante está presente, por isso omitem todos aqueles que gritaram bem alto, junto com a população patriótica

do Porto – Viva a República. É esta também a razão pela qual se negam reconhecer oficialmente o dia 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento, velha aspiração dos Sargentos de Portugal e que desde 1991 por diversas vezes, e este ano uma vez mais, por iniciativa dos deputados do PCP, a Assembleia da República teima em não satisfazer.

É uma omissão grave que em nada prestigia quem a comete, nem tão pouco apagará da história, o exemplo da bravura, coragem e patriotismo dos nossos camaradas da Guarnição Militar do Porto, porque os Sargentos de Portugal nunca

o irão permitir.

A memória dos heróis do 31 de Janeiro – Abílio de Jesus, Joaquim Galho, Manuel Nunes e os seus camaradas sargentos e praças dos Regimentos de Caçadores n.º 9, de Infantaria n.º 10 e de Infantaria n.º 18 – será sempre recordada, ano após ano, quer as elites queiram ou não, e este ano uma vez mais, enquanto decorriam as cerimónias patrocinadas oficialmente, os Sargentos de Portugal sob a égide da ANS comemoravam o seu Dia Nacional em mais de 20 localidades do Continente e Ilhas, evocando sempre os seus heróis, reflectindo sobre os seus problemas e preocupações, lembrando bem alto que a Revolta do 31 de Janeiro não aconteceu por mero acaso, teve razões patrióticas e patriotas protagonistas, mas morreram no terreno em consequência do bárbaro metralhar dos defensores do decrépito regime monárquico, outros foram condenados, mas o seu exemplo ficou e fortificou 19 anos mais tarde.

Impõe o seu acto sublime que os seus nomes não constem exclusivamente do rol dos condenados. Os Sargentos de Portugal, e as futuras gerações não o permitirão. Saibamos no presente e no futuro honrar a memória do 31 de Janeiro e dos seus Heróis. ▲

A Ética, os Militares e a Democracia

É pacífica, hoje em dia, a constatação da desqualificação da nossa democracia e do Estado de Direito Democrático, fruto da promiscuidade existente entre o poder político e o mundo empresarial, razão próxima da corrupção que diariamente nos é dado conta pelos média. Os casos são tantos e envolvem tantas figuras públicas, várias delas detentoras de cargos e funções públicas, que corremos o risco desta lógica ser encarada como normalidade.

A justiça desenrola-se numa teia processual infindável para quem tem possibilidades económicas de fazer-la funcionar, gerando a sensação, ao comum dos mortais, que os poderosos nunca serão devidamente punidos, criando dúvidas e suspeições sobre a própria Magistratura, com inegáveis culpas, por vezes, de quem tem o dever de a defender.

O número de portugueses que descreem nas Instituições, no Estado de Direito e, por consequência, no próprio regime democrático aumenta, na justa medida em que os valores éticos são aviltados em nome duma suposta "modernidade" e do princípio neo-liberal da bondade dos "mercados", que tudo regulam e fazem funcionar.

Neste quadro de desilusão cres-



cente, germinam as teses mais absurdas e perigosas, algumas delas veiculadas por homens e mulheres sérias, que nesta situação de pré-chaos, de verdadeiro pântano de convulsão profunda - deveriam ser as Forças Armadas a tomar nas mãos o destino da Nação – logo aproveitadas por outros de duvidosas referências democráticas, mas sempre à espreita duma oportunidade revanchista para cavalgar a onda onde os próprios que a desencadearam se afogarão.

Estou perfeitamente convicto que não é esse o caminho, que apesar de todos os problemas, dificuldades, malfeitorias ao regime democrático, os amantes da Liberdade, os verdadeiros democratas, o povo português têm as sinergias e a capacidade de requalificar e melhorar a nossa democracia e nós militares que emanamos do nosso povo e a ele

servimos, temos o dever de contribuir devotadamente para alcançar este desiderato.

Os militares portugueses que aceitaram sem reboço o Código de Honra das Forças Armadas, cujos princípios éticos e patrióticos não questionam, que juraram perante o Estandarte Nacional, servir as Forças Armadas, cumprir os deveres militares, guardar e fazer guardar a Constituição e as leis da República, defender a Pátria e estarem sempre prontos a lutar pela sua Liberdade e Independência, mesmo com o sacrifício da própria vida, possuem hoje mecanismos de discussão franca, leal e democrática – as associações socioprofissionais - formas essenciais à defesa dos seus direitos, mas simultaneamente verdadeiras válvulas de escape para situações mais extremas. Razão pela qual acredito ser aqui a nossa trincheira de defesa dos valores éticos, na firme convicção que as soluções necessárias para a melhoria do regime democrático, no sentido da criação duma sociedade mais justa e solidária caberão sempre ao Povo Português.

Em Democracia cabe-lhe sempre a última palavra.

Álvaro Martins

SMOR REF
Director de "O Sargento" ▲



Faleceu o Cor. Costa Martins Militar de Abril

O coronel da Força Aérea, José Inácio da Costa Martins, morreu no dia 6 de Março, aos 72 anos, na sequência da queda de uma aeronave em Montemor-o-Novo.

Militar de Abril, Costa Martins participou no comando das forças que tomaram o Aeroporto da Portela e o Aeródromo Base n.º 1 de Lisboa. António Spínola convidou-o, a 31 de Maio de 1974, a desempenhar as funções de membro do Conselho de Estado, tendo desempenhado funções de ministro do Trabalho nos governos provisórios seguintes.

Foi um militar corajoso, dinâmico, empenhado e honesto, não só no acto revolucionário do 25 de Abril, como nas conquistas pós 25 de Abril, que vieram a ser consagradas na Constituição.

A ANS manifestou à sua família as mais sentidas condolências. ▲

Os Sargentos face ao Centenário da República Portuguesa

Muito já foi escrito, neste nosso Jornal, sobre o papel decisivo dos Sargentos Portugueses na primeira tentativa de implantação do regime republicano em Portugal, a Revolta do 31 de Janeiro de 1891.

Contudo, por duas razões diferentes propus-me produzir estas linhas:

A organização de uma Conferência com o tema "31 de Janeiro e a República", pela Comissão Promotora das Comemorações do 31 de Janeiro, no Ateneu Comercial do Porto (a 30 de Janeiro de 2010) que teve como orador principal o Professor Doutor Carvalho Homem, doutorado em História.

Estando presente na plateia uma representação da ANS, foi projectado um filme, fazendo uma retrospectiva sobre os factores sociais, económicos e culturais – finais do séc. XIX e princípios do séc. XX – factores que criaram as condições para a implantação da República.

Neste filme, e na prelecção que se seguiu pelo Prof. Doutor Carvalho Homem, foi **enaltecido o papel relevante dos Sargentos na Revolução de 5 de Outubro de 1910**, dado muito pouco, ou quase nada, divulgado na história militar.

De facto, com a morte de Miguel Bombarda, a 3 de Outubro, e do Almirante Cândido dos Reis (único oficial General apoiante da causa Republicana) a 4 de Outubro, foi desferido um rude golpe no embrião da revolução. Embora tendo tomado os quartéis de Infantaria 16, Artilharia 1 e o Quartel dos Marinheiros de Alcântara, as forças republicanas (em grande desvantagem numérica) falharam o assalto ao palácio real, e viram-se obrigadas a acampar na Rotunda.

Foi na Rotunda que receberam a notícia da morte de Cândido dos Reis, e na cocheira do palacete do Conde de Saborosa reuniram os oficiais revoltosos, tendo decidido abandonar o local. Vestindo-se à civil, partem, cada um para seu lado, com a honrosa excepção do comissário naval Machado dos Santos, graduado em 2.º Tenente. Uma dezena de Sargentos, uma centena de praças, e os populares que entretanto aderem ao movimento, conseguem fazer frente a cerca de 4500 soldados e a 3800 polícias, controlados pelo estado-maior monárquico acampado no Rossio.

O bombardeamento do Palácio das Necessidades, por dois navios, a tomada do cruzador D. Carlos - estandarte

da Monarquia, e um desembarque de marinheiros republicanos no Terreiro do Paço, que se preparava para atacar o Rossio, desmoralizaram as forças monárquicas, que debandaram após uma longa e intensa troca de fogo de artilharia.

Importante papel dos sargentos

Os sargentos e as praças, do movimento republicano Carbonária, mantiveram as suas convicções, e demonstrando uma coragem exemplar, levaram à queda definitiva da monarquia, entregando o poder ao Partido Republicano. Nas palavras de Teófilo Braga *"a Carbonária entregou a revolução ao Partido com a humildade de um sapateiro dando um par de botas ao freguês"*.

O importante papel dos sargentos na Implantação da República, enaltecido e documentado por pessoas como José Hermano Saraiva (História de Portugal) e José Augusto de Jesus Brandão (Vidas lusófonas), não tem merecido a atenção dos pedagogos, não constando, ainda, nos programas de Ensino oficial.

É, ainda, curioso que, na inauguração das Comemorações Oficiais do



Centenário da Implantação da República (que aconteceu a 31 de Janeiro de 2010, no Porto), quer o Comandante Supremo das Forças Armadas Portuguesas, o Sr. Presidente da República, quer o 1.º Ministro da República Portuguesa, ao usarem da palavra, nos respectivos discursos, nunca aludiram aos Sargentos de Portugal

É lugar-comum, e fica sempre bem, ouvir responsáveis políticos e militares dizer, que os sargentos são *"a espinha dorsal"* das Forças Armadas.

Contudo, a mesma espinha dorsal é quotidianamente ignorada e maltratada, e nem as muitas hérnias de que padece e se queixa são alvo de atenção dos mesmos, a não ser num ou outro cuidado paliativo, de cariz cosmético, mero placebo receitado por "Doutores" conceituados na sociedade portuguesa.

Paulo Contreiras ▲



O Clube do Sargento da Armada convida todos os militares e seus familiares a participarem na SESSÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Clube do Sargento da Armada – Delegação do Feijó
10 de Abril 2010 – pelas 14,30 horas

Com os historiadores: Coronel António Pessoa e Dr. Pedro Ventura

Participam ainda:

Comandante Henrique de Mendonça — Familiar do autor do poema «A Portuguesa» (letra do hino nacional)
Comandante António Meyrelles — Familiar do sargento Abílio, primeiro militar a gritar: Viva a república!

Encerra com o Coro Polifónico do C.S.A. cantando «A Portuguesa»



A "NOVA" DOCTRINA DISCIPLINAR DA MARINHA

Em comunicado, datado de 1 de Março, a Comissão de Militares (COMIL) anunciou que no dia seguinte nas ruas circundantes à Marinha, panos pretos irão assinalar o Luto e o Protesto dos Militares da Marinha.

Ainda no mesmo Comunicado referia-se que, "desde sempre, a frontalidade, lealdade e solidariedade são atributos cultivados nas relações militares, além de constituírem deveres da disciplina militar. Perante um comportamento militar considerado como infracção, era aberto um inquérito, levantado um auto e aplicado castigo se essa fosse a imposição legal".

Agora, talvez numa tentativa de aplicação dessa coisa que se fala de empreendedorismo, a "coisa" mudou.

Marcam-se os pseudo infractores e, quando estes estão para ser promovidos, frequentar cursos, ou utilizar outra prerrogativa ligada com a evolução da sua carreira, são informados verbalmente que Não (!) porque existe o registo no seu processo individual de que foram, por exemplo, solidários com um camarada que estava a sofrer um processo disciplinar decorrente da sua actividade como dirigente associativo. Deste empreendedorismo resultam quatro consequências:

- 1ª – São negados ao "castigado" os meios de defesa;
- 2ª – Os Chefes não têm de assumir as suas posições com frontalidade e lealdade que lhes são militarmente exigidas;
- 3ª – Tudo quanto é legalidade, estado de direito e valores militares, é simplesmente trucidado;
- 4ª – O "castigado" vê-se prejudicado na sua carreira e metido numa teia complexa, sem conseguir fazer valer os seus mais elementares direitos como militar e como cidadão.

Para além desta forma vergonhosa de reprimir, também se tenta usar os Conselhos de SMOR's para impedir a promoção de camaradas com uma carreira brilhante. Infelizmente, já pelo menos uma vez, os SMOR's deste Conselho, em lugar de defenderem o camarada em apreciação, o enviaram para o Conselho Superior de Disciplina... (!?)

A COMIL questiona: "Como classificar este comportamento?", respondendo de seguida: "Uma vergonha! Que tal possa ser possível nas Forças Armadas do Portugal democrático de hoje; Uma vergonha que o Governo nada faça para que a legalidade seja respeitada; Uma vergonha que existam militares tidos por 'Chefes' que se prestem a colaborar com a situação; Uma vergonha que existam militares que tenham uma atitude contemplativa para com tais práticas. Uma vergonha!"

"O Sargento" apurou junto de fonte da COMIL que esta comissão irá desencadear, a curto prazo, novas iniciativas demonstrativas do mal-estar existente na Marinha em virtude destas práticas punitivas. ▽



Solidariedade luto e vergonha!

Ao passar junto aos portões de acesso à Base Naval de Lisboa reparei nos panos pretos amarrados aos postes como em sinal de luto, e interroguei-me: que luta será esta expressa deste modo?

Perguntei a um guarda que vigiava o portão e disse-me que não sabia bem, mas que lhe parecia ter a ver com os Sargentos que tinham assinado uma declaração de apoio a um director da ANS.

Foi o que bastou para se fazer luz e recordar que, no passado dia 23 de Fevereiro, eu próprio tinha participado, na Delegação do Clube do Sargento da Armada no Feijó, num Porto de Honra e solidariedade pelos camaradas alvo de perseguição na Marinha por terem assinado uma declaração de apoio ao vice-presidente da Direcção da ANS, David Pereira.

Nessa iniciativa, a segunda com o mesmo propósito, que contou com a presença de dezenas de camaradas, onde também interveio um oficial, e estiveram representantes dos três ramos e da associação dos militarizados da Marinha, fiquei triste e, como marinheiro brioso, envergonhado com os relatos de perseguição e retaliação que ali ouvi.

Fiquei particularmente impressionado com o grau de refinamento da operação repressiva em curso. Soube que os camaradas Sargentos e Praças do activo que assinaram a declaração têm sido chamados a conta gotas à repartição de pessoal para assinarem em como tomaram conhecimento do despacho do Superintendente do Serviço do Pessoal (SSP).

Os camaradas ficam com uma cópia desse documento, que de facto não diz nada de especial, de modo a não servir de prova da perseguição em caso de contencioso. Normalmente tal sucede em vésperas de serem promovidos, ou de receber uma medalha, ou de terem concorrido a algum curso ou lugar do seu interesse, de modo a um facto ser implicitamente associado ao outro, embora sem os dirigentes da Marinha o assu-

mirem claramente por escrito. Quando os prejudicados questionam sobre os motivos é-lhes dito verbalmente que tem a ver com a sua tomada de posição.

Para cúmulo da hipocrisia e da pouca-vergonha, este procedimento não tem sido seguido em todos os casos, havendo casos de camaradas a quem nada aconteceu para além da ida à repartição para tomarem conhecimento escrito do tal despacho, o que fornece o argumento a quem procede deste modo ignóbil de que a razão não será somente essa, e não há perseguição, quando de facto existe.

Só se conhece um único caso em que a situação foi assumida por escrito. É o caso de um Sargento que se encontra a prestar serviço fora do ramo, local para onde foi convidado e requisitado, a quem não foi concedida a Medalha de Mérito Militar que lhe tinha sido atribuída pela entidade onde presta serviço pelos meritórios serviços ali prestados, e quando tentou saber o porquê foi-lhe insinuado a tal tomada de posição. O camarada inconformado requereu cópia do seu processo, e lá estava no parecer do Director do Serviço do Pessoal (DSP) a menção clara à declaração do camarada – processo que provavelmente será contestado em sede própria.

Também fiquei a saber que no curso para oficiais superiores a decorrer no IESM, numa palestra sobre recursos humanos na Marinha, um oficial colocou esta questão directamente ao DSP, interrogando se agora aquela Direcção tinha substituído o RDM pela gestão da carreira do pessoal como forma de castigar disciplinarmente, e se existia alguma lista negra de pessoal a quem eram aplicadas aquelas medidas repressivas; obviamente o CALM DSP negou ambas as questões e empurrou mesmo o caso das colocações como atribuição directa do SSP, como quem daí lava as suas mãos em manifesta falta de solidariedade para com o seu superior.

Fiquei ainda a saber que há dois sargentos com a promoção demora-

da, embora por motivos diferentes. No caso do SAJ Caetano o facto deve-se a ter sido sujeito ao Conselho Superior de Disciplina da Armada sem que nada na sua carreira o justificasse – participou no Passeio do Nosso Descontentamento no Rossio, cumpriu detenção na sua unidade e o Conselho de Classe composto pelos SMOR decidiu assim, alegando um deles que foi para credibilizar o Conselho...; posição ao arrepio do que os SMOR anteriores vinham fazendo, para vergonha de todos nós e recordando a importância que tem a eleição de gente corajosa e séria para aqueles Conselhos.

No segundo caso, do 1SAR Salvador, também por ter participado no mesmo Passeio foi-lhe instaurado um processo disciplinar inconsequente, entretanto já expirado, segundo os prazos do actual RDM, e, por isso, já deveria estar arquivado – ao que consta o ALM CEMA avocou todos esses processos e não permite que sejam encerrados e arquivados, mantendo deste modo uma ameaça latente sobre todo o pessoal, amedrontando-o, ao arrepio daquilo que seria a sua obrigação como superior hierárquico.

E sobre o CEMA dizia-me um camarada do activo que serviu a bordo de uma fragata moderna numa missão à Guiné comandada pelo actual CEMA, então graduado no primeiro escalão de oficial general: "Até me custa a acreditar que o almirante Melo Gomes esteja a fazer isto... enquanto comandante nada faria esperar um comportamento destes... esta será a maior mancha na sua carreira!"

Nunca na Marinha a minha proa se cruzou com a do oficial Melo Gomes, pelo que não posso ajuizar sobre a opinião daquele camarada; mas concordo que este comportamento é uma mancha que nada limpará! Nem a ele nem a nenhum oficial que tenha participado neste vaga repressiva!

Alfredo Correia
SCH TES Ref. ▽

O que muda com o PEC?

Há precisamente um ano, num editorial do nosso jornal escrevíamos o seguinte: "...não é possível continuar a ouvir a desculpa que estamos em crise e a atravessar dias difíceis, para impor mais sacrifícios e restrições de direitos, para depois, quando se esperava que a crise e a situação do País estivessem melhor (...) vir um senhor afirmar que, afinal, ainda estamos pior do que antes dos sacrifícios e que a solução, única, é a adopção de medidas ainda mais gravosas e geradoras de maiores sacrifícios."

Esta passagem correspondia a uma transcrição de um texto por nós escrito em Julho de 2005 e que agora repetimos em 2010, dada a sua actualidade.

No mesmo editorial escrevíamos a dado passo:

"...esta nossa inquestionável razão... radicava numa análise séria às medidas políticas e suas justificações tomadas nos últimos vinte anos. Todas elas têm um denominador comum, fazer os mais fracos pagarem as dificuldades e retirar direitos conquistados durante décadas no século anterior: primeiro e durante muitos anos foram-nos pedidos sacrifícios em nome do combate à inflação (...) depois quando a inflação estava controlada, continuaram a exigir sacrifícios e a reduzir direitos por força do Pacto de Estabilidade e Crescimento, para em seguida continuarem a exigir mais sacrifícios e continuar a reduzir direitos em nome do combate ao défice.

Agora segundo o Governo, quando este estava controlado vêm pedir mais sacrifícios e redução de direitos por causa da crise – provocada por ter rebentado a "bolha", como se esta não tivesse origem nas políticas neo-liberais seguidas a nível global pelos países, chamados desenvolvidos ou em desenvolvimento – para depois de uma qualquer eventualidade, que não se sabe quando, houver algum controlo sobre esta crise, continuarem a pedir-nos sacrifícios e o que resta dos direitos, em nome do combate à dívida externa, que se vai acumulando nesta economia de casino: uns jogam e os outros pagam!"

Como, infelizmente, tínhamos razão!

Uns poucos continuam a enriquecer obscenamente

Ainda sem grandes detalhes, esses virão a seguir, o Governo divulgou, no passado dia 8 de Março, as grandes linhas do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC). O traço dominante é o mesmo de sempre – atacar o rendimento das famílias e cortar nos direitos. Agora, como tínhamos previsto, os sacrifícios são em nome do combate ao défice e na redução da dívida externa, com a clara preocupação de obedecer aos ditames da Comissão Europeia e agradar às agências privadas de Rating – para onde passou a nossa SOBERANIA? Em nome disto façam lá – os trabalhadores portugueses – mais uns anos de sacrifícios, enquanto uns poucos continuam a enriquecer obscenamente.

No final de contas, nada muda no essencial, os mais fracos e desprotegi-

Corte nas deduções chega a 700 euros

A introdução, a partir do 3.º escalão, de limites máximos ao usufruto de benefícios fiscais e deduções à colecta no IRS significa que os contribuintes vão ter de pagar mais imposto ou receber menos reembolsos no final do ano. Consoante o vencimento (ver tabela), a percentagem pode chegar aos 700 euros.

Rendimento Colectável Anual	Agravamento Médio do IRS por pessoa
Até 4793€	0€
Mais de 4793 até 7250€	0€
Mais de 7250 até 17979€	100€
Mais de 17979 até 41349€	180€
Mais de 41349 até 59926€	390€
Mais de 59926 até 64623€	580€
Superior a 64623€	700€

Prestação Mensal do Crédito à Habitação

A evolução da Euribor a três meses prevista no cenário macroeconómico do Governo cresce dos actuais 0,6 para 3,2 em 2013. Esta evolução representa um aumento de 136 euros para um empréstimo de 100 mil euros a 30 anos. Segundo um estudo da MARK-TEST 2,1 milhões de famílias têm crédito à habitação.

Privatizações vão "dar" 6 mil milhões

O Governo conta arrecadar 6 mil milhões de euros com as privatizações previstas no PEC, contando com essas receitas extraordinárias para estancar o crescimento da dívida pública, que deverá superar os 90% em 2012. EDP, Galp, REN, TAP, CTT e o negócio dos seguros da CGD são todos potencialmente alienáveis até 2013.

O PEC e o Fundo de Pensões

O corte nas despesas sociais poderá afectar o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (FPMFA).

A actual situação do FPMFA é deveras preocupante, a não existirem contribuições financeiras por parte do MDN, deixa de poder assegurar os seus compromissos mensais com os subscritores a partir de Maio de 2010.

Os efeitos conjugados da aplicação do Sistema Remuneratório por um lado e das medidas de contenção nas despesas sociais (impostos pelo PEC) por outro, vêm agravar a situação a curto prazo do Fundo, pondo em risco a capacidade de pagar os Complementos de Pensão aos Militares Reformados, seus Subscritores, com mais de 70 anos de idade.

dos continuam a pagar, os mais poderosos continuam a receber e a acumular a riqueza produtiva. Contrariamente ao anunciado pelo Primeiro-ministro que não iria aumentar impostos, o IRS vai aumentar não em razão do aumento das taxas, mas através da redução das deduções à colecta.

Outras medidas gravosas para os portugueses incidem nas alterações aos regimes da Reforma e na Saúde com a redução das comparticipações nos medicamentos que, só em 2010, segundo a ministra Ana Jorge, teremos que pagar mais 60 milhões de euros. ▽

A "BRIOSIA" EM MAR ENCAPELADO

Todos quantos serviram Portugal na Marinha foram formados e habituados a ver nela uma escola de virtudes, de bem servir, de escrupuloso respeito pelos direitos dos seus homens, por isso a apelidaram carinhosamente de "Briosa" e assim a reconheciam com vaidade e orgulho.

Os tempos mudaram, os piores sentimentos que marcam a sociedade do dia de hoje parece terem assentado praça na Armada. Vejamos alguns exemplos que a todos devem fazer meditar, nomeadamente dos mais responsáveis, e em especial à tutela política.

A prática seguida, desde sempre, com o suplemento de residência, aplicando um despacho interno que nega o direito legislado, despacho várias vezes considerado nos tribunais como ilegal mas que continua a ser aplicado com as excepções determinadas pelos tribunais.

Os atraso sistemáticos no pagamento dos subsídios de embarque, antes pagos durante o período de navegação, agora pagos, nalguns casos, meses depois.

A nova doutrina punitiva à margem do RDM, contrariando os valores da frontalidade, lealdade e solidariedade que devem reger as relações entre militares, com um único propósito, o de criar um clima de medo propício à submissão, mas gerador de revoltas, por vezes surdas, mas de todo

inimigas da motivação necessária à coesão e disciplina militar.

A prática recorrente de não responder às legítimas reclamações feitas ora por requerimento, ora por exposição escrita, para mais adiante em sede de contencioso se refugiar no argumento da expiração de prazos.

O não pagamento a todos os seus reformados do complemento de pensão a que tem direito, conforme determina a Lei n.º 34/2008. Pagando a uns não o fazendo a outros, sem dar qualquer explicação, mais parecendo uma birra motivada por um qualquer amuo, ou fará parte da tal nova doutrina punitiva?

Estamos em crer, que tudo isto não passa de um período menos bom pelo qual a Marinha está a passar. Os marinheiros têm da sua vida a experiência de navegar debaixo de, por vezes, impiedosas tormentas e a elas sabem resistir, por saberem que a seguir à tempestade se seguem tempos bonancosos.

Todos sabemos existirem Homens e Mulheres que servem a Marinha com total dedicação e imbuídos dos valores que sempre caracterizaram os Marinheiros. Por isso, não temos dúvidas, os tempos da "Briosa" voltarão a emergir deste "Mar Encapelado". ▽

Protecção Social dos Militares

A Condição Militar numa encruzilhada

Tem sido através do exercício do direito de participação, e de outros que lhe estão relacionados, que a nossa associação tem percorrido, de forma árdua mas persistente, os caminhos do associativismo socio-profissional.

De forma contrária, tem sido através da sonegação desse direito de participação que nos têm sido retirados, através de sucessivos Governos, direitos assistenciais e profissionais, muitas vezes só com conhecimento quando é publicada a legislação em Diário da República.

Aconteceu, em particular, nas sucessivas alterações ao Estatuto da Aposentação, ao Regime de Protecção Social e à Lei de Carreiras, Vínculos e Remunerações dos Funcionários do Estado.

Estas alterações foram produzidas pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública e pelo Ministério da Trabalho e Solidariedade Social, com negociações entre Governo, Entidades Patronais e Estruturas Sindicais a nível ministerial ou na Concertação Social.

Em nenhum destes organismos os militares têm representação, nem pelas associações socioprofissionais conforme prevê a Lei, nem pelas Chefias Militares, nem pelo próprio Ministério da Defesa.

E assim chegámos ao ponto em que nos encontramos.

A Protecção Social dos militares atingiu níveis nunca imaginados como possíveis.

Na assistência na doença as participações têm valores reduzidos, os acordos com entidades prestadoras de cuidados de saúde são poucos e de difícil acesso para os camaradas que residem em zonas mais periféricas, os hospitais militares tem uma reduzida capacidade de resposta e marcar uma consulta em algumas especialidades leva a meses de espera. Os militares na reforma apesar de fazerem 14 descontos por ano para a ADM são remetidos para a capacidade sobrança nesses hospitais, as taxas moderadoras e as comparticipações de medicamentos são alteradas a seu belo prazer pelo Ministério da Saúde, sem sequer nos darem conhecimento.

Nas pensões de Reforma, decorrentes da aplicação das regras do Regime Geral da Segurança Social, existem hoje 13 fórmulas de cálculo diferentes...

Aplicar-se-á o "factor de sustentabilidade", que leva em conta a esperança média de vida, no cálculo das pensões de reforma de muitos militares, quando a estes não é sequer aplicável a legislação de Higiene e Segurança no



Trabalho...

A pensão será também calculada sobre toda a carreira contributiva, ignorando que os militares no início da sua carreira recebem apenas vencimentos simbólicos, prejudicando de forma grave o cálculo da sua pensão de reforma.

Os militares mais jovens serão os mais afectados, e irão perder metade do seu rendimento na transição da Reserva para a Reforma.

Com as regras do regime geral, e falando dos postos de topo, que a maioria não alcança, um Sargento-mor reformado ficará com um rendimento equiparado ao de um Segundo-sargento e um Coronel ao atingir a Reforma ficará com um rendimento equivalente ao de um jovem Tenente.

As viúvas receberão metade, dessa metade...

Os militares que ingressaram depois de 1 de Janeiro de 2006 já não descontam para a Caixa Geral de Aposenta-

ções, mas sim para a Segurança Social.

O seu desconto mensal de 11% abrange várias eventualidades entre elas a doença e o desemprego...

Nos últimos meses de 2009 foram os militares confrontados com cortes no vencimento nos dias em que usufruíram de licenças no âmbito da parentalidade.

Os Ramos aplicaram a Lei de forma diferenciada...

O Ministério da Defesa, numa primeira fase, veio a público dizer que a lei não se aplica aos militares. Posteriormente remeteu-se ao silêncio, alegando que carecia de análise...

Contradições que continuam por esclarecer...

Com a aplicação deste novo Regime de Protecção Social passámos a ter militares inseridos em dois regimes distintos, mas com um aspecto em comum.

O vencimento, que era algo que os militares sempre tinham por garantido, deixa de o ser.

Só passa a ter direito ao vencimento quando houver prestação efectiva de trabalho, contrariando o Estatuto dos Militares que mantém a condição Militar mesmo em situações de inactividade.

Para já, está regulada a protecção na parentalidade (paternidade, maternidade, adopção, assistência à família), seguindo-se futuramente a regulamentação para os casos de doença e acidentes de trabalho.

Os que ingressaram nas Forças Armadas até 31 de Dezembro de 2005 ficam no Regime de Protecção Social Convergente, em que nas situações de licença de assistência perdem o direito ao vencimento, recebendo do Ramo

um subsídio e um benefício complementar que não deve ser inferior ao vencimento líquido.

Os que ingressaram depois de 1 de Janeiro de 2006 ficam no Regime Geral da Segurança Social. Nas situações de licença de assistência perdem o vencimento e devem requerer o seu subsídio junto da Segurança Social igual a qualquer trabalhador por conta de outrem do regime privado.

Todos com a mesma missão, o mesmo juramento, a mesma farda, mas com níveis de protecção social diferenciados.

Passando a ironia, porque a situação é grave, é como se num pelotão envolvido numa acção operacional, uns militares levam coletes à prova de balas e outros levam coletes de penas, uns levam capacetes metálicos e outros levam capacetes de plástico...

E a tão propalada coesão das Forças Armadas?

Não será afectada por este tratamento discriminatório entre militares?

Poderá um comandante militar aceitar de bom grado esta discriminação?

Esta situação deve ser reparada com urgência, envolvendo as partes interessadas, tratando de forma igual o que é igual dentro das Forças Armadas.

A Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, a Lei de Bases Gerais da Segurança Social e a Lei das Carreiras, Vínculos e Remunerações tem aberturas legais para a criação de regimes de excepção para grupos profissionais com particularidades específicas como é o caso dos militares.

Basta que o poder político passe à prática aquilo que aplica no seu discurso sobre a especificidade da Condição Militar, e crie legislação específica que confira aos militares e às suas famílias um nível de protecção social que lhes assegure a tranquilidade e concentração necessárias para o cumprimento das missões que lhes estão atribuídas.

Muitos destes problemas, a manterem-se, agravarão as já existentes dificuldades de recrutamento, pois ao equiparmos, em termos de direitos, a carreira militar a uma qualquer outra carreira do funcionalismo público ou do regime privado, mantendo todos os pesados deveres que nos estão atribuídos, estamos a afastar os jovens de aderirem às Forças Armadas, o que irá provocar o seu envelhecimento, como já se vai verificando nalgumas áreas, e posteriormente o consequente esvaziamento.

Poderá ser esse o objectivo...

José Pereira ▲

...Só passa a ter direito ao vencimento quando houver prestação efectiva de trabalho, contrariando o Estatuto dos Militares que mantém a condição Militar mesmo em situações de inactividade...

Por uma AMNISTIA que dignifique a carreira daqueles que pugnaram pelo associativismo socioprofissional dos militares!

Foi este o título da intervenção que o vice-presidente da Direcção, David' Pereira, proferiu nas comemorações nacionais do Dia Nacional do Sargento realizada na Voz do Operário.

Intervenção focada "sobre duas questões complementares, actuais e que nos são muito caras: sobre o RDM e sobre o nosso projecto de AMNISTIA", nas palavras do próprio, que prosseguiu sustentando que o "debate, que, apesar de ter sido intenso, pecou por profundidade e, em muitos casos, por rigor", e afirma: "de tudo o que foi dito há um aspecto saliente e que reúne consenso alargado: esta revisão foi uma oportunidade perdida!"

"O que estava em causa?" pergunta para de seguida resumir: "Um regulamento de disciplina militar caduco, publicado nos idos de 1977, com uma boa parte do seu articulado suspenso, que durou mais de 30 anos".

Para defender a visão que a ANS tem sobre a disciplina militar D. Pereira recorda que "nestes anos de vigência as Forças Armadas alteraram-se, bem como o que o País espera delas, assim como se alterou a configuração político-militar mundial. Aos militares foram incumbidas novas missões, de cariz humanitário e de paz, onde a vertente humanista da sua formação é mais necessária e exigida, em teatros de operação onde as populações foram ou estão a ser fustigadas pela nova barbárie; com violências horríveis, pilhagens e todo o tipo de violações dos direitos humanos".

Concretiza este pensamento defendendo que "em face desta mudança de paradigma esperávamos que o novo regulamento estivesse mais de acordo com esta vertente". E recorda, do Parecer da ANS sobre a revisão do RDM, entregue e apresentado em audiência no Parlamento, na Comissão de Defesa Nacional:

"A disciplina militar é um bem e uma necessidade organizacional e operacional das Forças Armadas! Sem a sua existência e exercício, o seu funcionamento ficaria limitado. A disciplina militar é um instrumento operacional de regulação interna que tem em vista, exaltar os Valores Militares, de modo a que:

- Os militares se sintam verdadeiramente integrados numa equipa, emanados num mesmo objectivo pela convicção da missão a cumprir; encaminhando todas as vontades para o fim comum e fazê-las obedecer ao menor impulso do comando; consolidando-se no prestígio que nasce dos princípios de justiça empregues, do respeito pelos direitos de todos, do cumprimento exacto dos deveres, do saber, da correcção de proceder e da estima recíproca;

- Permita a todo o militar compenetrar-se na disciplina e no treino, que sendo condição de êxito da missão a cumprir, se consolida e revigora pela consciência dessa missão; pela observância das normas de justiça e pela competência e correcção de proceder, resultantes do civismo e patriotismo que leva à aceitação natural da hierarquia e da autoridade, e ao sacrifício dos interesses individuais em favor do interesse colectivo. [...]

Pelo seu estatuto profissional, consignado na Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, os militares devem dedicar-se à sua profissão e cumprir a missão constitucional até ao limite do sacrifício da própria



vida; e, nestas circunstâncias, em que a vida do grupo e de cada um está dependente da atitude disciplinada, profissional e cívica de cada elemento, a palavra camarada assume um significado ímpar, jurada a sangue."

Recordado este trecho do longo Parecer referido, conclui: "Defendemos que manter penas de privação da liberdade, com a possibilidade de serem cumpridas a partir de processos sumários, sem que transitem em julgado, por meras faltas consistindo em desvios ao aprumo e conduta militares, ou de meros atritos sociais do quotidiano, em contra corrente com as recentes modificações de aligeiramento da moldura penal, que levou à libertação de inúmeros criminosos, assassinos, ladrões, pedófilos e violadores, constitui uma desproporção que ultrapassa as restrições constitucionais previstas no artigo 270.º da nossa Constituição e acentua o carácter ofensivo do diploma entretanto publicado e a vigorar."

Informa que "este é um dos fundamentos pelos quais nos batemos pela revisão de preceitos do actual RDM em todas as sedes em que tal desiderato é possível de ser concretizado, nomeadamente no seio da nova Assembleia da República".

Realça também um aspecto desta atribulada revisão do RDM que importa ainda aprofundar: "O contexto em que foi promovida revela os fins a que se destina", salienta que a "revisão é decidida e levada a cabo na sequência de quatro anos de dura luta dos militares em defesa dos escassos direitos

arduamente adquiridos como compensação dos onerosos deveres que o Estatuto da Condição Militar nos impõe".

E concretiza afirmando: "Luta e resistência, que originou cerca de 50 processos disciplinares, dezenas de dias de detenção, repressões, prisão disciplinar, transferências compulsivas e outras represálias impostas às carreiras, colocações e condecorações dos militares que estiveram solidários com os punidos por motivos da luta associativa: perseguição essa que na Marinha ainda persiste, mantendo um clima de intimidação permanente".

Segue exemplificando com dois exemplos concretos de Sargentos da Marinha vítimas da sanha persecutória e repressiva levada a cabo naquele ramo enviando a "nossa mais veemente solidariedade para com os camaradas da Marinha que têm sido incomodados por esta vergonhosa perseguição, de entre os quais, pela sua actualidade, me permitam destacar os contratemplos na promoção aos nossos camaradas SAJ ETA Caetano e o 1SAR ETC Salvador; o primeiro foi presente ao Conselho Superior de Disciplina da Armada sem que a sua carreira militar justificasse tal procedimento; o segundo está demorado na promoção devido a um processo que foi inconsequente, e que mesmo à luz do actual RDM já prescreveu. É uma vergonha o que a administração da Marinha está a fazer!"

Noutro passo da sua intervenção acrescenta que "as alterações ao RDM com este teor não se devem somente à prevenção das

lutas pelos diplomas já aprovados, mas como forma de diminuir a resistência a aspectos extremamente negativos dos diplomas já publicados e ainda a publicar que lesam de forma ainda mais grave a Condição Militar".

Concretiza alertando que "falta ainda conhecer as alterações ao estatuto dos militares das forças armadas e os novos modelos de carreira a impor, mas pelos diplomas que já se conhecem e que deveriam depender daquele outro, fazendo mentalmente o percurso inverso, podemos adivinhar um modelo de carreira que pouco ou nada contrastará do estatuto de vínculos e carreiras imposto à restante administração pública: o que é inadmissível e merecerá da parte da Associação Nacional de Sargentos a mais vigorosa oposição e a defesa intransigente da Condição Militar e da Dignificação Profissional".

Sobre a segunda questão que se propôs abordar, liga-a afirmando: "por tudo isto é oportuno recordar que o associativismo socioprofissional dos militares foi construído sobre dezenas de processos disciplinares, de afastamentos compulsivos do serviço, de dias de prisão e de detenção de repressões e toda a panóplia de represálias à disposição das chefias militares, em muitos casos cortando-lhes a hipótese de ascensão na carreira: tudo por motivos associativos e socioprofissionais".

Sustenta que "esta história de repressão do associativismo socioprofissional dos militares constitui uma faceta vergonhosa do regime democrático e constitucional saído do 25 de Abril de 1974".

Portanto, por "uma questão de justiça e também para defender o espírito da Constituição de Abril, encetámos um processo de AMNISTIA para todos os militares que foram punidos ou viram a sua carreira afectada por motivos associativos e socioprofissionais desde o início da luta pela fundação da Associação Nacional de Sargentos, a primeira a ser fundada com militares na efectividade de serviço".

Termina, perante a plateia atenta e demonstrando receptividade, apelando em nome da Direcção "aos presentes que adiram a esta iniciativa assinando o abaixo-assinado que entretanto lançámos para sustentar a apresentação formal na Assembleia da República a proposta de decreto-lei da AMNISTIA. Apelamos ainda para que recolham adesões ao projecto junto dos vossos familiares e amigos". ▲

AMNISTIA - Objectivo a atingir!

Neste momento já temos em nossa posse um número de assinaturas que poderia sustentar com dignidade a apresentação formal do nosso projecto de AMNISTIA na Assembleia da República, porém ainda insuficiente para obrigar à sua apreciação em Plenário.

Vamos prosseguir a recolha de assinaturas com o objectivo de atingirmos os milhares de assinaturas necessários para que a apresentação formal do projecto de amnistia seja seguido de uma apreciação pública em Plenário da Assembleia da República, onde os diversos Grupos Parlamentares assumirão a sua posição face à iniciativa, permitindo uma nova ronda de conversações entre si para aferir das disponibilidades e os compromissos de cada um.

Entretanto, apela-se a todos os Delegados e outros activistas que tenham folhas de assinaturas já preenchidas que as façam chegar com celeridade à sede da nossa associação, de modo a termos o controlo sobre o processo e podermos preparar a apresentação oficial do projecto em sede da Assembleia da República.

Que cada um recolha o máximo de assinaturas é o que se pede como contributo para que a carreira dos camaradas que foram punidos e viram as suas carreiras afectadas por motivos associativos, por lutarem pela Dignificação da Carreira e da Condição Militar de todos nós.

Adere assinando e recolhendo assinaturas! ▲



Dia Nacional do Sargento

DEMONSTRAÇÃO DE UNIDADE E REFORÇO DA ANS

Os Sargentos de Portugal, sob a égide da sua Associação representativa, comemoraram o seu Dia Nacional, durante duas semanas e no todo Nacional, Continente e Regiões Autónomas, numa demonstração inequívoca de determinação, unidade e solidariedade.

Sob o lema "Comemorar o 31 de Janeiro é defender a Condição Militar", os Sargentos de Portugal deram um sinal inequívoco que saberão defender os seus direitos, os valores éticos e socioprofissionais que caracterizam a sua condição de militares e simultaneamente demonstraram o reforço crescente do prestígio e influência da ANS.

Das mais de duas dezenas de iniciativas não podemos deixar de destacar, pela grandeza da participação, as realizadas no Porto, Lamego, Viseu, Évora, Entroncamento, Funchal, Estremoz e Tavira. Um destaque especial também para a realização em Loulé que ocorreu pela primeira vez, e para o convite que a Delegação da Associação 25 de Abril do Alentejo nos endereçou para participarmos na Cerimónia da Tomada de Posse dos seus Órgão Sociais, que por decorrer no dia 31 de Janeiro se transformou em Comemorações do Dia Nacional do Sargento.

Um dado significativo que não pode deixar de ser realçado, é o número crescente de actos alusivos ao 31 de Janeiro ocorridos em Unidades Militares, em muitas das quais com a participação dos respectivos Comandos, cuja presença não pode deixar de honrar todos os nossos Camaradas que se empenham na sua realização e participação.

Honrando os Heróis do 31 de Janeiro, os Sargentos de Portugal não esquecem os problemas que os atormentam e deixaram bem claro - *Contem Connosco* - para defendermos os nossos direitos e a Condição Militar. ▲



Porto



Tavira



Viseu



S. Miguel



Chai n a



Terceira



Entroncamento



Madeira



Leiria

Assumar



Estremoz



Lamego/Vila Real

Comemorações do 31 de Janeiro

“Saibamos honrar o exemplo destes valerosos militares”

“É motivo de orgulho e regozijo por a organização de classe dos Sargentos ser das poucas organizações socioprofissionais com capacidade para realizar uma comemoração durante um período tão prolongado de tempo e em tantas localidades”, salientou o vice-presidente da Direcção e responsável pelo departamento de organização da ANS.

Como vem sendo hábito a Direcção da ANS elabora e aprova uma intervenção / mensagem para ser lida em todas as iniciativas comemorativas para as quais a associação é convidada a participar. Este ano, em que mais uma vez os Sargentos de Portugal, através da sua associação socioprofissional, deram mostra de uma grande determinação, sentido de organização e de coesão da classe ao comemorarem o seu dia, o Dia Nacional do Sargento em cerca de 20 cidades e vilas de todo o Continente e Regiões Autónomas.

Tal como em outros anos, as comitativas da Direcção que representam a Direcção nas várias iniciativas procuram que a intervenção comum seja lida por um elemento de cada núcleo, reservando-se assim para uma intervenção de conteúdo mais informativo e de carácter socioprofissional. Neste ano conseguiu-se este desiderato em praticamente todas as iniciativas, sendo lida pelos sargentos-mores numas situações e por jovens sargentos noutras, deixando aflorar em muitos casos potenciais delegados e dirigentes necessários na renovação dos camaradas que entretanto passaram à situação de reserva e que deverá ocorrer nas próximas eleições no próximo ano.

A intervenção comum salientou a importância do evento comemorado “no ano em que se celebra a passagem de um século sobre a Implantação da República estamos uma vez mais a comemorar o acto heróico que lhe antecedeu, pondo fim a um regime monárquico anacrónico e desacreditado. Falamos da heróica Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891”.

E interroga: “Porque é que uma revolta

popular tão ambiciosa nos objectivos mas tão singela nos meios, de duração tão breve e mesmo envolta em tanta ingenuidade e romantismo, continua 119 anos depois a inspirar respeito e admiração pelos seus protagonistas?”

“Uma revolta popular protagonizada essencialmente por militares de baixa patente, (...) que teve, ainda que por um breve período, a extrema ousadia de derrubar o regime monárquico, proclamar a República, tendo mesmo anunciado um governo provisório, e que durante tantos anos fez perdurar em tantas gerações o exemplo e a memória dos ‘Vencidos do 31 de Janeiro!’”

Resume o que foram estes 119 anos de comemorações do 31 de Janeiro

O “31 de Janeiro” chegou até nós pelos valores que ainda hoje representa: a conquista de Direitos Democráticos, a luta por Justiça Social e a Defesa da Soberania Nacional. São valores que a nossa história tornou, e a nossa prática deverá continuamente reforçar, como valores inseparáveis, mas que no entanto se encontram hoje fortemente ameaçados.

recordando que “durante décadas, ainda na monarquia e particularmente no Estado Novo e no regime subsequente, as comemorações ou romagens ao cemitério do Prado do Repouso, no Porto, não só não eram bem vistas como eram fortemente reprimidas. Os regimes temiam a simples evocação de uma jornada cheia de bravura e generosidade. O ‘31 de Janeiro’ (...) chegou até nós pelos valores que ainda hoje representa: a conquista de Direitos Democráticos, a luta por Justiça Social e a Defesa da Soberania Nacional. São valores que a nossa história tornou, e a nossa prática deverá continuamente reforçar, como valores inseparáveis, mas que no entanto se encontram hoje fortemente ameaçados.”

Afirma que “nos 119 anos do ‘31 de



Janeiro’, em que simultaneamente se comemoram os 100 anos da República (...) a melhor homenagem que podemos render ao ‘31 de Janeiro’ é debater a sua actualidade, tanto pelos valores que representa como pelo exemplo de luta dos seus autores, porque eles ousaram o que outros temiam, agiram em vez de se resignarem, porque caminharam contra a maré, mas integrando a corrente mais profunda da História que é a da libertação dos homens e da emancipação dos povos.”

Salienta que “foi num quadro de profunda crise social e económica, de descrédito das instituições e da identidade nacional marcada por uma realidade política bipolarizada em dois partidos (o Regenerador e o Progressista), que surgiu a Revolta de 31 de Janeiro. Como sabemos o movimento foi vencido. (...) Mas o regime não recuperou com isso a credibilidade perdida”.

Fazendo a analogia dos dois períodos históricos, acrescenta que “não será difícil, apesar da diferença de mais de 119 anos de história, verificar a semelhança entre a realidade de 1891 e aquela que hoje enfrentamos.

Hoje, como naquela altura, o modelo de crescimento, mais aparente do que real, não serve a justiça social, nem o desenvolvimento do País. Direitos democráticos dos cidadãos militares, consignados em lei, são feridos diariamente. As carreiras profissionais são um novelo de injustiças e promessas não cumpridas.”

Denuncia o clima de hipocrisia actual: “Num aparente clima de respeito democrático e institucional estabelecem-se contactos entre as organizações representativas e os poderes instituídos. Discutem-se os projectos legislativos. Apresentam-se propostas de solução, denunciam-se injustiças e iniquidades. Quando ao fim de muito esforço, o poder político reconhece algumas destas injustiças e eventuais contrariedades à própria lei, em vez de alterar o texto legislativo, como seria expectável, corrigindo assim a injustiça, opta-se por uma forma agora em voga, eventualmente um pós-modernismo, que é a figura da ‘suspensão do efeito da medida’! Ou seja, não se corrige o que está reconhecida e manifestamente errado, antes se suspende a sua eficácia, deixando o texto do diploma intacto para, quem sabe, voltar a produzir os efeitos perversos quando os titulares das pastas mudarem de rosto ou

quando o momento político for mais oportuno.”

Lembra que “em 1891 lutava-se pela democracia, pela independência, lutava-se por Portugal. Uma luta que prossegue hoje, sempre reforçada nos objectivos e renovada nas formas, após 119 anos de algumas importantes vitórias e progresso histórico do povo português, muitas delas protagonizadas pelos militares”.

“Também no caso do ‘31 de Janeiro’ a participação dos militares não foi, como por vezes se pretende fazer crer, um acto precipitado ou impensado. A preparação para esta acção começou ainda nos meados de 1890”, esclarece.

Evoca “uma das figuras de maior destaque neste movimento foi o 1.º Sargento Abílio, de seu nome Abílio Francisco de Jesus Meireles. Na madrugada do dia 31 assumiu o comando da sua unidade, o Regimento de Caçadores 9”.

Descreve um pormenor dessa noite gloriosa: “O comandante do Regimento, Coronel Malheiro, escapando à vigilância colocada à porta do seu quarto, veio à rua tentar desmobilizar os soldados das suas intenções. Ao aperceber-se ser o 1.º Sargento Abílio quem comandava os militares, disse-lhe: ‘Também você, Abílio? E eu que era tão seu amigo (...)’ ao que o Sargento Abílio ripostou: ‘(...) dar-nos-ia muito grande prazer, meu coronel, se viesse comandar o regimento (...)’, e como o comandante se recusou, Abílio afirmou: ‘(...) nesse caso, V.Ex.ª fica e nós saímos!’”.

Realçando que “foi aqui que se viveu um dos momentos determinantes não só para o movimento mas também para o facto do Sargento Abílio se ter tornado no herói dessa madrugada longínqua, pois após este diálogo Abílio terá bradado ‘VIVA A REPÚBLICA!’ no que foi seguido, de imediato e de forma entusiástica, pelos restantes soldados e por muitos populares que se haviam juntado aos militares”.

Antes dos tradicionais Vivas! a intervenção comum termina apelando para que “saibamos honrar o exemplo destes valerosos militares, continuando a pugnar pela Defesa da Condição Militar, a Defesa dos Direitos Democráticos, a aplicação de maior Justiça Social e a Defesa da Soberania Nacional”.

Intervenção comum a todas as iniciativas comemorativas do 31 de Janeiro de 1891 ▲

COMEMORAÇÕES NO PORTO DO 119.º ANIVERSÁRIO DO 31 DE JANEIRO DE 1891

Comemora-se hoje mais um aniversário, o centésimo décimo nono, da Revolta do 31 de Janeiro. Esta data é evocada normalmente como o primeiro levantamento nacional contra o regime monárquico, sendo ponto de referência obrigatório durante a longa ditadura, pois lembrá-la e saudá-la era um acto de protesto e combate que se desprendia da sua espantosa actualidade.

Poucas vezes ressaltou, no entanto, aquela classe de militares que tinha iniciado a Revolta, lhe dera corpo e soubera defender a dignidade do seu gesto nos momentos de adversidade – **Os Sargentos da Guarnição do Porto.**

Hoje, que se iniciam as comemorações do centenário da República, não podemos deixar de lembrar e homenagear homens como os 1.º Sargentos Abílio, Galho, Rocha e muitos outros, alguns que pagaram com a própria vida, ao participarem nesta Revolta do 31 de Janeiro de 1891, embrião do 5 de Outubro de 1910, aí sim, data da concretização do sonho destes bravos vencidos, mas não convencidos.

Vista de modo global, concluiu-se que essa revolução foi de inspiração e aspiração Republicana e também foi, por um lado, o remate da grande emoção nacional suscitada pelo Ultimato Inglês de 11 de Janeiro de 1890 e, por outro, uma expressão de ódio contra as Instituições do poder que o Povo, em geral, responsabilizava pelo descrédito e fragilidade política, económica e social da Nação.

Dado o calor posto pelo Povo nas suas manifestações, em breve surgem as acções repressivas, primeiro timidamente, e depois, cada vez mais violentas.

Sendo verdadeiras estas causas é impossível delas dissociar o movimento de dignificação da Classe de Sargentos que então crescia.

Por isso, opera-se uma sensível transformação nos costumes políticos portugueses, até aí brandos, que passaram a ser, de parte a parte, intolerantes, isto é, de um lado ficaram as Instituições (a Coroa e o Governo, que tentaram acertar as relações com Inglaterra) e do outro ficou o Povo.

Os militares, em geral, e, particularmente, os Sargentos e as Praças, sentiram-se molestados nos seus brios e sentimentos patrióticos e, como tal, também eles entraram na via da conspiração, uns, e na crítica, mais ou menos aberta, outros.

Os Sargentos que, de modo geral, são despidos de sentimentos mesquinhos, como a sede do poder e a oca vaidade, e que eram, de entre todos os militares, as maiores vítimas de tão iníquo regime, criam espontaneamente um autêntico movimento revolucionário, no qual o seu jornal de Classe, "O SARGENTO", que existia desde 29 de Julho de 1888, assim como os jornais "A REPÚBLICA PORTUGUESA", dirigido pelo Dr. Alves da Veiga, e "JUSTIÇA PORTUGUESA", de Santos Cardoso, desempenham um



papel primordial e precipitam-se em massa em tal movimento. De tal modo que, segundo alguns autores, numa só reunião clandestina, foram contados mais de setenta Sargentos do Porto.

Assim, em 24 de Janeiro de 1891, efectuou-se na clandestinidade uma grande Assembleia de Sargentos, com a finalidade de dar forma final a um documento que era, em simultâneo, uma intimação às Instituições no poder, no sentido de serem tomadas as medidas necessárias para a reposição da justiça e legalidade, e uma ameaça de recurso às armas no caso de não serem atendidos, uma vez que estavam a ser vítimas de ilegalidades e arbitrariedades, quer nas promoções, assim como nos aumentos dos vencimentos...

Tudo isto, precipitou os acontecimentos e a Revolta estalou na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, do modo que é do conhecimento geral, isto é, encabeçada e protagonizada pelos Sargentos da Guarnição Militar do Porto, por muitos Cabos e Soldados dos seus Regimentos, de que aqueles se revelaram verdadeiros chefes.

Devido à precipitação dos acontecimentos, ou seja, à prematuridade que lhe foi imposta, a Revolta dos Sargentos não teve tão bons resultados quanto poderia ter tido se tivesse sido planeada com tempo adequado.

No entanto, é notável o significado social desta revolta, visto que, ao contrário de quase todas as outras revoltas e intencões havidas no nosso País, que se fizeram "de cima para baixo", isto é, dos Generais até aos Soldados e da alta Burguesia até ao Povo, a Revolta do 31 de Janeiro de 1891 foi efectuada por Sargentos e Cabos e alguns Oficiais e enquadrada e apoiada pelo Povo anónimo das ruas

(mas hostilizada e minimizada pela maior parte dos Oficiais, pela alta Burguesia e até por grande parte dos intelectuais da época!). Foi, enfim, uma revolta fundamentalmente popular e, também, de acordo com alguns autores, a determinante do maior e mais benéfico abalo moral por que passou a sociedade portuguesa no século XIX.

Atente-se na enorme dívida que temos para com a memória dos nossos, vencidos mas heróis, camaradas do "31 de Janeiro de 1891", sendo de enaltecer, entre outros, os Sargentos da Guarnição do Porto.

Queria recordar o depoimento de um deles, o 1.º Sargento Abílio Coelho, em Conselho de Guerra, que o havia de condenar:

Declarou:

- Sim, entrei no movimento para ajudar a depor o rei D. Carlos, porque sou republicano e tenho muitas razões para o ser. Não sou republicano de evolução, porque, por ela nem daqui a um século, julgo, teremos a república em Portugal... O que reconheço é que fomos enganados, pois vi muitas adesões escritas e sabia de outras feitas verbalmente e de reuniões de camaradas meus e de outros de superior graduação.

E acrescentou: *- Não quero acusar ninguém; quanto a mim, digo que foi da melhor vontade que entrei no movimento e não declino a minha responsabilidade. Na parada do quartel fui eu quem primeiro levantou um Viva à República.*

Como é reconhecido, os Sargentos tiveram uma importância determinante na Revolta do 31 de Janeiro. Entre os 22 condenados em Conselho de Guerra, 14 eram Sargentos.

Actualmente é com grande determinação que os Sargentos de Portugal têm vindo a apelar à Assembleia da República que delibere o DIA 31 DE JANEIRO como o Dia Nacional do Sargento.

Por isso, entendo ser muito pouco o que se tem feito quanto ao evento e à memória daqueles nossos camaradas, que, é certo, foram vencidos mas foram heróis, que foram punidos e humilhados, mas também foram amados e respeitados e, acima de tudo, deram o seu sangue e LIBERDADE pelos mais nobres ideais.

No entanto, é minha convicção que a maior e mais útil homenagem que poderemos prestar à memória daqueles nossos heróicos e sacrificados camaradas, será seguir o seu exemplo de combatividade e abnegação, sendo intransigentes, até ao sacrifício, para os injustos, os corruptos, os demagogos, os prepotentes, os elitistas e todos os demais indignos que ainda campeiam nas Instituições e na nossa sociedade em geral.

Neste dia que se iniciam as festividades do Centenário da República, gostaria de finalizar recordando o 31 de Janeiro de 1891, como o definiu João Chagas "O mais luminoso e viril movimento de emancipação que ainda sacudiu Portugal... no século passado"

Não é preciso tornar a lembrar a forma como terminou esta Revolta, mas do acto heróico dos nossos camaradas ficou a certeza, que foram vencidos, punidos e humilhados, mas são eternamente amados e respeitados.

Manuel Moreira
Sargento-mor

Presidente da Assembleia Geral do CSE ▲

O Sargento entrevista mulheres militares

No ano em que se comemoram os 100 anos do Dia Mundial da Mulher e perfazem 19 anos desde a incorporação das primeiras mulheres nas fileiras das Forças Armadas Portuguesas, embora ainda que somente como voluntárias apesar de ao tempo ainda existir o serviço militar obrigatório, O Sargento não poderia deixar de se associar a esta efeméride dando voz às nossas camaradas de armas.

Assim, a redacção decidiu elaborar um pequeno questionário e enviar a mulheres militares com a finalidade de publicar as entrevistas ao longo das edições de 2010 e, quem sabe se não fica o hábito e as nossas camaradas assumem a missão de escrever regularmente sobre os nossos problemas com uma visão feminina de modo a enriquecerem o conhecimento geral e o conteúdo deste periódico, herdeiro dos gloriosos Sargentos do 31 de Janeiro de 1891? Seria um bom contributo, que o nosso jornal receberia de braços abertos.

O questionário está organizado por grupos temáticos de perguntas cujas respostas, recebidas à distância próxima da internet, foram organizadas no formato de entrevista.

Marinha: A. M., 2SAR, união de facto, 1 filho; e S. R., 2SAR, casada, 1 filho;

Exército: E. L., 1SAR, solteira; e J. P., 1SAR, solteira;

Força Aérea: J. C., 2SAR, solteira; e T. L., 1SAR, solteira.

O ingresso nas fileiras

O Sargento – Como foi a tua adaptação à vida militar?

A. M.: Bastante boa.

S. R.: Boa.

E. L.: A primeira semana foi difícil, depois correu tudo dentro da normalidade.

J. P.: Foi gradual, não tanto por ser mulher, mas mais por ter 18 aninhos...

J. C.: A minha adaptação considero que tenha sido boa.

T. L.: A minha adaptação à vida militar foi relativamente fácil apesar da minha vida anterior ser completamente diferente da militar.

- Como reagiu a tua família e o grupo de amigos?

A. M.: Apoiaram a minha decisão.

S. R.: Na altura os meus pais tiveram ainda que dar autorização (gostaram da iniciativa).

E. L.: Reagiram todos bem, porque antes de concorrer ao exército tentei concorrer à escola superior de polícia.

J. P.: O meu pai foi quem me incentivou a ir, a minha mãe já ficou mais apreensiva. Em relação aos amigos todos acharam engraçado.

J. C.: Reagiram bem.

T. L.: A minha família reagiu bastante bem, os meus amigos também aceitaram a opção que tomei.

- A vida militar tem correspondido às expectativas que tinhas?

A. M.: Até aos dias de hoje, não existem razões de queixa.

S. R.: Talvez.

E. L.: Não.

J. P.: Até agora sim, também não tinha uma grande noção do que seria

pois não há grande tradição de militares na minha família, vim às escuras.

J. C.: Até à data tem correspondido.

T. L.: Antes de ingressar na FAP não sabia nada sobre as Forças Armadas por isso as minhas expectativas eram muito poucas, consequentemente não estou desiludida pois não tinha criado ilusões.

Sobre a discriminação

O Sargento – Sentes alguma discriminação?

A. M.: Desde que consigo demonstrar que consigo realizar as mesmas tarefas que os meus camaradas homens, e até hoje sempre consegui, acho que não, este assunto nunca me preocupou.

S. R.: Não.

E. L.: Sim, existem alguns elementos masculinos que julgam que as nossas cabeças só servem para enfeitar e tomam determinadas decisões que se fossem com homens pensariam duas vezes antes de as tomarem.

J. P.: Nunca senti... A discriminação que se sente penso que é a mesma do dia-a-dia em sociedade, pelos menos pelos locais por onde passei.

J. C.: Não sinto nenhuma discriminação.

T. L.: Sim, visto que existem muitos militares que pensam que as mulheres não podem desempenhar igualmente bem missões normalmente atribuídas a militares do sexo masculino.

- É vulgar ouvirmos homens militares afirmarem que as mulheres nas Forças Armadas têm um tratamento privilegiado, que são poupadas nos serviços e nas tarefas: qual a tua percepção sobre esta questão?

A. M.: São os próprios homens com o seu "instinto protector" que fazem com que isso aconteça.

S. R.: Sim, talvez por nos acharem menos capazes.

E. L.: Sim é verdade, existem alguns elementos masculinos que não atribuem determinadas tarefas aos elementos femininos, mas isso também depende das raparigas, no meu caso eu não tenho tido esse tipo de tratamento. Mandam-me fazer todo o tipo de trabalho, quer seja indicado para os elementos femininos ou não.

J. P.: Acho que isso é como em todo o lado. Existe a ideia de que as mulheres só são bem sucedidas porque têm "amizades coloridas" com superiores hierárquicos. A isso chamo de "dor de corno". Sei que é difícil para um homem ver uma mulher chegar a uma área destas e ter melhor desempenho que ele... Mas tento ignorar um pouco esse tipo de conversa.

J. C.: Sim é vulgar ouvir homens militares afirmarem que temos um tratamento privilegiado e também tenho a percepção que isso acontece tendo ambos, homens e mulheres militares, culpa por essa situação acontecer e mais culpa têm as mulheres militares por permitirem que aconteça.

T. L.: Sim muitas vezes se ouve esse tipo de comentários, mas na maior parte das vezes por pessoas que nem sequer trabalham directamente com mulheres, na minha opinião as mulheres são tão capazes de desempenhar



tarefas como os homens tanto a nível nacional como em missões no estrangeiro.

- Poderá uma pretensa discriminação positiva ser afinal mais uma forma de minorizar a mulher?

A. M.: Por vezes.

S. R.: Sim.

E. L.: Sim pode, porque os elementos masculinos do mesmo posto com essa "discriminação positiva" pensam que não somos capazes.

J. P.: Sim, igualdade é igualdade, não podemos querer ser iguais e depois exigir condições diferentes.

J. C.: Se existe discriminação, seja de que pretensa for, tem sempre um fim minorativo.

T. L.: Sim pode ser mas é subjectivo pois depende da pessoa que faça a tal discriminação positiva. Ex., eu como peso pouco tenho menos força que certas pessoas que pesam quase o dobro.

- Consideras que as mulheres militares devem ter acesso a todas as especialidades/armas/serviços ou há áreas militares para as quais consideras haver restrições de acesso?

A. M.: Sou da opinião que certas especialidades (nomeadamente as forças especiais) devem estar reservadas exclusivamente para os homens, devido a várias razões logísticas e físicas.

S. R.: Não acho que haja restrições de acesso.

E. L.: Sim desde que provem que são capazes de outra forma não.

J. P.: Desde que tenham capacidades físicas e mentais para desempenhar as funções penso que sim.

J. C.: Concordo que as mulheres militares devem ter acesso a todas as especialidades/armas/serviços, desde que cumpram os requisitos que são exigidos para o qual pretendem acesso e claro sem existir duas tabelas (homens/mulheres) de avaliação.

T. L.: Acho que as mulheres devem ter acesso a todas as especialidades e as restrições de acesso devem ser iguais às do sexo masculino, por ex. testes específicos para certas especialidades.

- Comparando a tua vida como militar com a das tuas amigas civis, consideras-te discriminada, porquê?

A. M.: Tenho amigas civis que já foram mais discriminadas que eu na vida militar, outras são menos discriminadas, acho que o tema discriminação está muito ligado à maneira de ser de cada mulher e como resolve esse problema.

S. R.: Não me sinto discriminada.

E. L.: Não.

J. P.: Nada disso. Até me considero com um certo estatuto que muitas amigas minhas não têm.

J. C.: ...

T. L.: Não me considero discriminada em relação às minhas amigas civis. Como militar tenho condicionantes que no meio civil não existem, por ex. os militares tem de estar disponíveis 24 horas por dia.

Sobre as carreiras militares

O Sargento – Que pensas sobre as carreiras militares?

A. M.: Penso que neste momento a carreira militar é uma opção muito melhor que a carreira civil.

S. R.: Muito, mas muito lentas.

E. L.: Qual carreira!? Quando ingressei foi isso que me prometeram, mas na verdade, ingressei no Quadro como 2.º Sargento e subi um posto, neste momento sou 1.º Sargento há 11 (onze) anos. Quem não tiver conhecimento do que se passa na nossa instituição há-de pensar que sou uma "burrinha" coitadinha... Há tantos anos na tropa ainda só é 1.º Sargento.

J. P.: Penso que estão mal estruturadas...

J. C.: ...

T. L.: Sobre esta matéria, considero que, no contexto da FAP, existe uma enorme disparidade no seio da carreira de Sargento, em função da especialidade. Na minha opinião, todos os militares deveriam ter iguais oportunidades de ascensão na carreira independentemente da função ou especialidade, sendo necessária assim uma profunda e rigorosa reestruturação das carreiras de Sargentos da FAP.

Sobre os restantes ramos não me pronuncio uma vez que desconheço o sistema de carreiras e progressão dos camaradas do Exército e da Armada.

- Consideras que por seres mulher tens as mesmas oportunidades de carreira que os homens da mesma especialidade/armas/serviço?

A. M.: Nos dias de hoje as mulheres militares têm as mesmas oportunidades.

S. R.: Sim.

E. L.: Claro que sim.

J. P.: Sim... Não senti até agora nenhuma desvantagem.

J. C.: Até à data, considero que tenho tido as mesmas oportunidades de carreira que os homens.

T. L.: Sim, não vejo diferenças de carreira na minha especialidade. Mas tenho conhecimento de especialidades que só aceitam militares do sexo masculino.

Sobre as missões

O Sargento – Como encaras a ausência familiar durante as missões que impliquem distanciamento físico?

A. M.: Muito complicado, principalmente quando existe um distanciamento físico em missões, que tanto o homem, como a mulher num casal estão fora.

S. R.: Menos bem, mas nunca esquecendo que foi voluntária.

E. L.: Com naturalidade, essa é uma das condições do militar.

J. P.: Felizmente, tirando o tempo que tive em curso, nunca estive distante da minha família, no entanto compreendo que seja difícil.

J. C.: Encaro-as bem, até hoje não tem sido motivo impeditivo.

T. L.: É difícil mas as missões têm de ser cumpridas, como militares temos conhecimento que a qualquer momento podemos ser nomeados para missões sejam elas nacionais ou internacionais.

- Consideras que nesta questão há diferenças relativamente aos homens militares?

A. M.: Hoje em dia já não se verifica.

S. R.: Sim.

E. L.: Poderá ou não haver diferenças, depende de cada um.

J. P.: Emocionalmente os homens são diferentes das mulheres, por isso é óbvio que há diferenças, no entanto custa a ambos.

J. C.: Depende, se for missões no exterior considero que sim.

T. L.: Sim, porque existem militares que quando assumem posições de chefia preferem liderar militares de sexo masculino do que feminino e entre camaradas alguns militares do sexo masculino sentem-se mais protegidos por homens do que por mulheres.

Militar e mãe

O Sargento – Como mulher desejas ser ou és mãe, que incentivos e/ou dificuldades encontras ou encontraste para realizares esse desejo?

A. M.: Sou mãe e devido ao meu companheiro estar na Marinha, sempre

houve uma sensibilidade para não fazermos serviços e embarques ao mesmo tempo, nisto eu acho que um casal militar com filhos, ganha ao casal civil ou civil/militar.

- Como, por exemplo? Há militares em que as esposas/maridos trabalham por turnos e já não se verifica a sensibilidade verificada na resposta de cima.

S. R.: O embarque.

E. L.: Eu não sou mãe, mas tenho conhecimento de camaradas minhas que passaram as passas do Algarve com determinados Dir./Cmdt/Chf de Unidades.

- Como, por exemplo? Estarem grávidas e serem obrigadas a fazer serviços de 24 horas; estarem de baixa com gravidez de alto risco e serem obrigadas a irem trabalhar; terem os filhos doentes e serem obrigadas a irem trabalhar.

J. P.: Como mulher desejo ser mãe, e actualmente acho que já estão criadas as situações para que isso aconteça sem que haja grandes dificuldades.

J. C.: Como mulher desejo vir a ser mãe, até hoje o facto de ser militar não teve influência na minha decisão

T. L.: Até agora não encontrei nenhuma dificuldade.

- Consideras que por seres militar tens mais dificuldades do que as mulheres civis?

A. M.: Isso depende sempre da personalidade e na forma como encaramos as dificuldades.

S. R.: Não.

E. L.: Sim, porque infelizmente ainda existe muita prepotência na nossa instituição.

J. P.: Não considero.

J. C.: Nada a considerar.

T. L.: Não sei, só saberei um dia que tenho filhos.

- Os direitos de parentalidade estão assegurados de modo suficiente?

A. M.: Melhor que na vida civil, tenho amigas civis que para fazerem ecografias não puderam faltar, ou pior,

amigas que foram despedidas por engravidarem, eu neste assunto, nunca tive razões de queixa, sempre facilitaram.

S. R.: Sim.

E. L.: Não sei, não estou por dentro do assunto.

J. P.: Não estou muito a par da legislação pois ainda não passei pela situação.

J. C.: Julgo que sim!

T. L.: Nada a referir.

- A tua unidade está preparada de forma adequada para garantir a tua privacidade enquanto mulher?

A. M.: Está.

S. R.: Sim.

E. L.: Não.

J. P.: Sim...

J. C.: Sim, está.

T. L.: Sim, temos a nossa privacidade.

Militar, mulher e o associativismo

O Sargento – Consideras que o associativismo socioprofissional dos militares dá cobertura suficiente aos teus problemas como mulher militar?

A. M.: Penso que sim.

S. R.: Não.

E. L.: Sim.

J. P.: Acho que é um erro considerar que tenho problemas como mulher militar... isso é estar a discriminar... o bem-estar de todos os militares, independentemente do sexo, deve ser preocupação geral.

J. C.: Até hoje considero que sim.

T. L.: Não tenho conhecimento suficiente para responder a esta questão.

- Como gostarias de ser integrada nas associações socioprofissionais?

A. M.: Publicitar mais essas associações de forma a estarmos mais informadas.

S. R.: Serem às vezes mais humanos.

E. L.: Da mesma forma que são integradas pelos homens. Mas não faço a mínima ideia de como se processam as

coisas nunca fiz parte de nada desse género ou parecido.

J. P.: Como subscritora.

J. C.: Nada a assinalar.

T. L.: Nada a declarar.

- Que opinião tens sobre a ANS?

A. M.: Nada a referir.

S. R.: Boa.

E. L.: Tenho uma opinião positiva. Aliás até tenho pena dos elementos que a constituem, porque deixam de estar com as famílias para nos representar perante o poder político e infelizmente ainda tenho camaradas que acham que eles querem é "copos e guitarradas".

J. P.: É uma associação bastante importante dentro das Forças Armadas.

J. C.: É uma mais-valia, sendo esta o único órgão que defende os nossos direitos.

T. L.: É uma peça fundamental na defesa dos direitos da classe de sargentos.

- Como comentas esta iniciativa de O Sargento?

A. M.: De extrema importância, acho importante as pessoas saberem o que se passa na vida militar.

S. R.: Boa.

E. L.: Não conheço.

J. P.: É sempre importante comemorar uma data tão especial como esta, dou os meus parabéns à revista.

J. C.: É um bom meio de comunicação que mantém os sargentos actualizados sobre o que se passa dentro da classe e da organização militar.

T. L.: É uma boa iniciativa para se conhecer as opiniões das mulheres militares e se puder alterar algo que possa estar mal ou menos correcto.

O Sargento – Queres transmitir mais alguma mensagem ou abordar outro tipo de questões fá-lo neste espaço.

T. L.: Quero apenas agradecer a oportunidade de expressar a minha opinião. ▲

Dia Internacional da Mulher: Uma luta presente!



A fim de dar expressão às mulheres militares e evocar o centenário de O Dia Mundial da Mulher a Direcção da ANS decidiu convidar uma jovem camarada, a 2SAR ABST Maria Santos, para elaborar e ler uma intervenção na comemoração do Dia Nacional do Sargento em Lisboa, na Voz do Operário.

A sua intervenção, que foi assinalada com agrado pela assistência, onde se encontravam mais algumas militares mulheres, recorda, logo de início, que *"durante séculos, o papel da mulher na sociedade incidiu sobretudo na sua actividade enquanto mãe, esposa e dona de casa. Embora lhes fossem inerentes todas essas funções, tal nunca foi visto como sendo trabalho... era uma obrigação; uma 'herança'. A entrada da mulher no mercado de trabalho para exercer uma actividade remunerada veio a dar-se com o decorrer da*

Revolução Industrial."

Fez um breve resumo do historial de luta das mulheres pela sua emancipação, de onde se pode ouvir: *"Em 1857 operárias têxteis de uma fábrica em Nova Iorque entraram em greve ocupando a fábrica para reivindicarem a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Estas operárias que, nas suas 16 horas, recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica, onde entretanto se deflagrara um incêndio. Na sequência deste incêndio 130 mulheres perderam a vida.*

Em 1910, faz este ano precisamente um século, numa conferência internacional de mulheres, realizada na Dinamarca, foi decidido em homenagem àquelas mulheres reconhecer o 8 de Março como 'Dia Internacional da Mulher'. E em 1975 as Nações Unidas adoptaram a data para lembrar as lutas sociais, políticas e económicas das mulheres como as discriminações e violência a que muitas mulheres ainda estão sujeitas em todo o mundo. A pretensão do Dia Internacional da Mulher é chamar a atenção para o papel e a dignidade da mulher e levar a uma tomada de consciência do valor da pessoa, perceber o seu papel na sociedade, contestar e rever preconceitos e limitações que vêm sendo impostos à mulher."

Sobre a presença de mulheres nas fileiras militares recorda que *"em Portugal,*

só nos finais de 1991, entreabre-se a porta que permitiu o acesso das mulheres às Forças Armadas... 30 anos após terem servido o País as enfermeiras pára-quadistas!"

Prosseguiu a abordagem ao tema das diferenças de género destacando que *"as questões do género são vistas pela Agência Europeia de Segurança e Saúde no Trabalho (European Agency for Safety and Health at Work) com muita pertinência. É de extrema importância reconhecer as diferenças do género e abordá-las com 'sensibilidade'".*

Relativamente às FA salienta que *"abordar as questões do género no seio das Forças Armadas não fere a coesão e disciplina que lhes estão inerentes..."*, porque, afirma, *"trata-se somente de contribuir para o bem-estar dos homens e mulheres que optaram por servir o seu País nas Forças Armadas"*.

Alerta que *"a abrangência e complexidade das leis, leva a que por vezes, o legislador se alheie de questões que têm sérios impactos nos géneros, e, que às vezes podem passar despercebidas a quem nos chefia"*.

Porém, defende que *"não se entenda a questão do género como um factor divisório e perturbador da coesão e disciplina dentro de uma Força... Temos que*

nos unir no reconhecimento das nossas diferenças..."

Realçando a sua dupla condição evidência: *"Somos todos militares! Sim. Mas também somos mulheres! E como mulheres, muitas de nós ambicionamos ser mães"*.

Acerca das medidas de facto para proteger a família e a natalidade, num País com a população a envelhecer e a diminuir afirmou: *"Fala-se de incentivar a natalidade, contudo, às mulheres que servem nas Forças Armadas apresentou-se-lhes um possível problema" ... se eu quiser ter 3 filhos, como será calculada a minha pensão de reforma, considerando que os meses que passar de licença serei abonada de um subsídio em vez do meu vencimento? Seremos nós espartilhadas pela aplicação do Regime Geral da Segurança Social aos Militares?"* – um contributo para reflexão de todos nós militares, em especial para os Chefes militares, cuja interlocução os ministros privilegiam.

Terminou garantindo que *"somos homens, somos mulheres... juntos damos corpo às Forças Armadas! E juntos continuaremos a lutar! Somos uma família... mas também queremos as nossas famílias!"*, o que foi sublinhado com um forte aplauso da assistência denotando o seu agrado e concordância. ▲

INTERNACIONAL

EUROMIL em Madrid



A convite da AUME – Asociación Unificada de Militares Españoles, uma das associações espanholas membro da EUROMIL, Emmanuel Jacob e António Lima Coelho, respectivamente presidente e membro da Direcção desta organização europeia de associações militares, estiveram em Madrid nos passados dias 11 e 12 de Março, tendo a oportunidade de reunir no Parlamento espanhol com membros dos diversos grupos parlamentares.

Acompanhados por Miguel López e Emílio Deza, dirigentes da AUME, a delegação manteve interessantes e longos diálogos com representantes de praticamente todas as fracções partidárias representadas no parlamento espanhol. Nos dias 11 e 12 de Março, tiveram reuniões sucessivamente com Ramón Moreno, do Partido Popular (PP), Jordi Xuclà, da Convergència i Unió (CiU), Celestino Suárez, vice-presidente da Comissão de Defesa e membro do Partido Socialista Obrero Español (PSOE), Jesús Cuadrado, do Partido Socialista Obrero Español (PSOE), José Ramón Beloki, do Partido Nacionalista Vasco (PNV) e com Gaspar Llamazares, da Izquierda Unida (IU).

O objectivo principal da visita foi transmitir aos deputados espanhóis informação sobre o que é a EUROMIL, os seus objectivos e práticas e abordar particularmente o direito ao associativismo para os militares que, contrariamente ao que sucede em Espanha, se encontra implementado e devidamente regulado em muitos países europeus o que favorece a condição e a missão dos militares. Um dos pontos referidos foi a recente adopção da Recomendação (2010) 4 do Conselho da Europa sobre os Direitos Humanos dos membros das Forças Armadas (adoptado pelo Comité de Ministros em 24 de Fevereiro de 2010, durante a 1077.ª reunião dos Ministros).

Os deputados espanhóis informaram a delegação (EUROMIL/AUME) que a Comissão de Defesa se encontra a trabalhar sobre um projecto de lei tendo em vista o garantir o direito de associação para os militares espanhóis. De momento encontram-se a trabalhar num documento base, tendo em vista a obtenção de um consenso político entre os diversos partidos. O presidente da EUROMIL sugeriu aos diversos grupos que o parlamento envolva e consulte a AUME na discussão desta matéria, reforçando a oferta de apoio da EUROMIL para o que for entendido necessário. O deputado Jesús Cuadrado, porta-voz na Comissão de Defesa do partido

que apoia o governo (PSOE), convidou formalmente a EUROMIL a discutir esta matéria com a Comissão de Defesa durante uma reunião que irá ter lugar dentro de alguns meses, por ocasião de uma reunião da Direcção da EUROMIL em Madrid.

Não querendo ser excessivamente optimistas, diríamos apenas que esta ronda de reuniões produziu melhores resultados que outras idênticas realizadas no passado. Contudo, é de lamentar que a ministra da Defesa Espanhola, Carme Chacón, não tenha encontrado disponibilidade de tempo na sua agenda para uma reunião com a EUROMIL. Esperamos que este encontro possa ser uma realidade por ocasião da referida reunião de Direcção a realizar em Madrid num futuro próximo.

Fórum Mediterrânico

Entretanto, e aproveitando a presença em Madrid dos dois dirigentes deste organismo europeu, teve lugar um encontro de diversas associações do espaço mediterrânico com vista à formalização da criação de um projecto já antigo que é o **Foro Mediterrânico**, sob os auspícios da EUROMIL e enquadrado no espírito do articulado nos estatutos deste organismo europeu.

As associações signatárias da formação deste fórum que visa a discussão de ideias, apoio político e reforço da capacidade representativa e argumentativa estiveram presentes com vários elementos dos respectivos órgãos dirigentes e reuniram num espaço cedido pela central sindical espanhola CCOO – Comisiones Obreras, no seu centro de formação. Sendo a mesa dos trabalhos presidida pelo presidente da associação anfitriã, Jorge Bravo, as delegações de Espanha (AUME), Itália (ASSODIPRO e PASTRENGO), Chipre (CAOA) e Portugal (ANS e AP), discutiram um texto que ficou como acto de formação deste fórum, bem como as normas de funcionamento futuras. A delegação da ANS foi constituída por Paulo Contreiras e Luís Bugalhão, e a delegação da AP – Associação de Praças foi constituída por Luís Reis e Victor Nicolau.

O texto final aprovado durante os trabalhos foi formalmente apresentado pela delegação da AUME no decorrer dos trabalhos do Presidium Meeting da EUROMIL, realizado nos dias 19 e 20 de Março, em Berlim. Deste evento daremos conta no próximo número do jornal "O Sargento". ▲

Caixa Geral de Aposentações
condenada

1SAR Azevedo vence batalha jurídica



O Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu reconheceu as razões invocadas pelo 1SAR Joaquim Azevedo e em acórdão, proferido em 27 de Janeiro, condenou a CGA:

a) Proferir os actos necessários que determinem a submissão a uma junta de revisão ou início do processo de reforma extraordinária referente a este nosso camarada, procedendo à sua prévia notificação.

b) Fixando-se para a prática destes actos como prazo razoável o de três meses.

c) Fixando-se sanção pecuniária (...) a aplicar à entidade que deve praticar os actos, em 10% do salário mínimo nacional por cada dia de atraso que para além do limite do prazo na alínea anterior, se vier a verificar na execução do acórdão.

O 1SAR Páraquedista Joaquim Azevedo levou a efeito uma "greve de fome" durante 5 dias, em Maio de 2004, em frente ao MDN, com o objectivo de ver reflectido na pensão de reforma o valor da incapacidade decorrente de acidente em serviço ocorrido em 1992.

Na sequência desta acção a Força Aérea deu andamento ao seu processo que estava retido há cerca de 4 anos. Quando tudo parecia resolvido, a CGA, em 2005, num lacónico despacho, rejeita a decisão da Junta de Saúde da Força Aérea, alegando que não era possível a abertura do processo por estar fora do prazo.

Em resposta a este despacho da CGA o 1SAR Azevedo retoma a sua luta, entrando de novo em "greve de fome" em Fevereiro de 2005 e que durou 27 dias, em frente à Presidência da República, passando pela CGA e MDN. A acção do nosso camarada terminou quando o MDN disponibilizou uma jurista para, em coordenação com o Dr. Emanuel Pamplona, encontrarem uma solução para o problema junto da CGA.

Volidos que são 5 anos de intensa luta jurídica, o Tribunal condena de forma inequívoca a CGA, repondo a justiça num caso, pasme-se, ocorrido em 1992.

Pela determinação, coragem e dignidade revelada ao longo deste processo o camarada Azevedo merece todo o reconhecimento dos Sargentos de Portugal e fez jus à divisa da ANS – Quão Difícil nos Temos Movido – demonstrando à Sociedade que quem não luta, já perdeu! ▲

Actividade ASSOCIATIVA

Este período da “*Actividade Associativa*” fica essencialmente marcado por três tipos de eventos: concluiu-se o ciclo de audiências com todos os grupos parlamentares (GP), facto que há muito não sucedia, depois do GP do Partido Socialista e do GP do Partido Ecologista “Os Verdes” terem recebido delegações da ANS; consumou-se uma audiência com um chefe militar, contrariando a “concertação” para não receber a ANS; comemorou-se a nível nacional o “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, envolvendo dezenas de dirigentes associativos e delegados e milhares de associados e sargentos em geral.

Contudo, para que estes factos tenham ocorrido, foram necessárias muitas actividades sem grande visibilidade e, assim, sucederam-se as reuniões de Direcção, de Órgãos Sociais, de Secretariado, de Delegados e CPR’s, para além das normais actividades decorrentes do facto de estarmos inseridos no universo associativo de cariz popular e socioprofissional e daquelas inerentes à nossa profissão e condição militar.

Destas actividades apresentamos um resumo:

28DEZ – Reunião das APM’s na sede da AOFA. Delegação da ANS constituída por L.Coelho, J.Pereira e A.Martins;

05 e 06JAN – Reunião do “*Board*” da EUROMIL em Berlim. ANS representada por L.Coelho;

07JAN – Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da ADFA. ANS representada por L.Coelho;

13JAN – Audiência com o grupo parlamentar do PS. Delegação da ANS constituída por L.Coelho, J.Pereira, M.Ramos e P.Contreiras;

15JAN – Cerimónia na Igreja da Força Aérea dos 50 anos da N.ª Sr.ª do Ar. ANS representada por L.Coelho;

15JAN – Audiência com presidente do Conselho Directivo do IASFA. Delegação da ANS composta por L.Coelho, D.Pereira, M.Ramos e L.Bugalhão;

16JAN – Cerimónia evocativa de Manuel Guedes, no Feijó. ANS representada por L.Coelho, D.Pereira, A.Taveira e A.Martins;

19JAN – Audiência com o grupo parlamentar do PEV. Delegação da ANS constituída por L.Coelho, A.Taveira e R.Carvalho;

20JAN – Almoço com sargentos do CFMTFA, Ota;

23JAN – Comemorações do “31 de Janeiro” no Funchal. ANS representada por L.Coelho e J.P.Santos;

26JAN – Audiência com General CEMFA. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, P.Contreiras e J.Gonçalves;

26JAN – Reunião no Lumiar da Comissão Coordenadora das Comemorações do “10 de Junho”;

26JUN – Reunião com a CG-TP. ANS representada por L.

Coelho;

27JAN – Comemorações do “31 de Janeiro” em Foia. ANS representada por L.Coelho, M.Santos, O.Lima e M.Aires;

28JAN – Comemorações do “31 de Janeiro” em Évora. ANS representada por L.Coelho e J.Gonçalves;

28JAN – Comemorações do “31 de Janeiro” no Porto. ANS representada por L.Coelho, J. P. Leitão, J.Gonçalves, J.Mota, A.Nabais, A.Silva, F.Machado e A.Guedes;

29JAN – Comemorações do “31 de Janeiro” em Viseu. ANS representada por L.Coelho, D.Pereira e E.Pereira;

30JAN – Comemorações do “31 de Janeiro” em Lisboa;

30JAN – Conferência sobre “O 31 de Janeiro, o 5 de Outubro e a República” no Ateneu Comercial do Porto. ANS representada por L.Coelho e P.Contreiras;

31JAN – Romagem ao “Monumento aos Vencidos do 31 de Janeiro”, no Cemitério do Prado do Repouso, no Porto. ANS representada por L.Coelho, P.Contreiras, F.Machado, J.Mota, A.Guedes;

31JAN – Comemorações do “31 de Janeiro” em Tavira. ANS representada por D.Pereira e E.Pereira;

31JAN – Comemorações do “31 de Janeiro” em Chaínça, Abrantes. ANS representada por M.Pereira e S.Fraústo;

31JAN – Comemorações do “31 de Janeiro” em Assumar, Portalegre. ANS representada por M.Ramos e A.Martins;

31JAN – Comemorações do “31 de Janeiro” em Castelo Branco. ANS representada por M.Ramos e A.Martins;

31JAN – Comemorações do “31 de Janeiro” em Loulé;

01FEV – Comemorações do “31 de Janeiro” em Lamego/Vila Real. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves e J.Reis;

02FEV – Comemorações do “31 de Janeiro” no Entroncamento. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, M.Pereira, J.P.Silva, F.Silva;

03FEV – Comemorações do “31 de Janeiro” em Leiria/Monte Real. ANS representada por L.Coelho, P.Contreiras, R.Castanheira;

04FEV – Comemorações do “31 de Janeiro” em Estremoz. ANS representada por D.Pereira e A.Martins;

04FEV – Comemorações do “31 de Janeiro” em Beja. ANS representada por L.Coelho e J.Gonçalves;

06FEV – Comemorações do “31 de Janeiro” em Ponta Delgada, S. Miguel. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, M.Rocha e D.Eugénia;

07FEV – Comemorações do “31 de Janeiro” nas Lajes, Terceira. ANS representada por L.Coelho e M.Ramos;

07FEV – Cerimónia do 51.º aniversário da Junta de Freguesia de S. João, Lisboa;

08FEV – Cerimónia da Tomada de Posse dos Órgãos Sociais

do SNCGPrisional. ANS representada por L.Coelho;

08FEV – Audiência com SED-NAM. Delegação da ANS constituída por L.Coelho, M.Ramos, L.Bugalhão, J.Gonçalves;

10FEV – Reunião do Conselho Consultivo do IASFA. ANS representada por L.Coelho e D.Pereira;

11FEV – Reunião com FNSFP. ANS representada por L.Coelho;

18FEV – Almoço com sargentos do CFT, Oeiras;

22FEV – Cerimónia do 35.º aniversário do CSA. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

23FEV – “Porto de Honra” com camaradas da Armada, na Delegação n.º 1 do CSA. ANS representada por L.Coelho, D.Pereira, L.Bugalhão, A.Dias, J.Castro, D.Santos e A.Martins;

25FEV – Reunião na Liga de Combatentes da Comissão Coordenadora do Congresso de Combatentes. ANS representada por L.Coelho;

26FEV – Almoço com sargentos da BA 1, Sintra;

01MAR – Reunião da Comissão da Zona Oriental de Lisboa para as Comemorações do 25 de Abril. ANS representada por L.Coelho;

02MAR – Audição do PCP sobre o Orçamento de Estado e a Administração Pública. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

03MAR – Cerimónia comemorativa do 10.º aniversário da Associação de Praças. ANS representada por L.Coelho, A.Taveira e A.Martins;

04MAR – Reunião de Sargentos da área de Lisboa, na Voz do Operário;

06MAR – Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais do Clube de Praças da Armada. ANS representada por A.C.Dias;

11 e 12MAR – Reuniões da direcção da EUROMIL com representantes políticos em Madrid, em apoio da AUME. ANS representada por L.Coelho;

13MAR – Reunião, em Madrid, do “Fórum Mediterrânico” sob a égide da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão e P.Contreiras;

18 a 20MAR – 101.º Presidium da EUROMIL, em Berlim. ANS representada por L.Coelho e M.Ramos;

21MAR – Cerimónia do 11.º aniversário da APVG em Braga. ANS representada por J.Mota e S.Silva.

À hora do fecho desta edição sabemos que estão em preparação outras actividades e iniciativas com vista a resistir e procurar reverter a degradação da qualidade de vida dos Sargentos de Portugal e suas famílias face às medidas aprovadas no Orçamento do Estado para 2010 e as medidas resultantes da apresentação do PEC – Plano de Estabilidade e Crescimento. Destas actividades e iniciativas daremos conta na próxima edição de “O Sargento”. ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 1 do art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Barão de Sabrosa, n.º 57 - 2.º, em Lisboa, no dia **12 de Abril de 2010**, pelas 18H30, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 2009.
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o ano de 2010.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 20 de Março de 2010

O Presidente da Assembleia Geral
Dinis Manuel Vitória da Fonseca

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

GABINETE DE PSICOLOGIA

Hoje em dia, procurar ajuda psicológica especializada faz parte do quotidiano de muitas pessoas, pelo que é perfeitamente natural que em algum momento da sua vida, necessite da ajuda de um profissional.

Nesse sentido o **Mestre Francisco Pereira** assinou um protocolo de cooperação entre o Gabinete de Psicologia e a ANS, nas

Áreas de intervenção

Apoio e aconselhamento psicológico
Acompanhamento Psicoterapêutico
Avaliação Psicológica
Psico-oncologia
Orientação vocacional e Profissional

20% Desconto para sócios da ANS e Familiares

Em Lisboa junto à saída do Metro em São Sebastião
TM – 913 120 007

Lista das empresas

com as quais

a ANS tem protocolos

Videoclube

↔ **CINETEKA.COM**

Parque das Nações, Av. do Mediterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E
1990-155 Lisboa

Escapes para Automóveis

↔ **ENTOESCAPES, LDA**

Zona Industrial do Entroncamento, EN 3
2330-909 Entroncamento

Acessórios para Automóveis

↔ **GRACIAUTO**

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (Gaveto)
2330-141 Entroncamento

Aventuras Submersas

↔ **HALIOTIS**

AV. Monsenhor Manuel Bastos, Hotel Praia Norte
2520-206 Peniche

Psicólogo

↔ José de Oliveira Fernandes Gonçalves
Rua João Pinto Ribeiro, Lt. 2-10.º C
1800-233 Lisboa

Centro Médico Dentário

↔ **LUBIDENTE**

Rua Professor Noronha Feio, 12-A
2795 Queijas

Gabinete de Psicologia e Apoio Educativo

↔ **QUERER SORRIR**

Rua Júlio Lourenço Pinto, 176 J
4150-004 Porto

Pneus para Automóveis

↔ **SULPNEUS**

Rua Álvaro Ferreira, 7 Zona Industrial St. Marta do Pinhal
2855-591 Corroios

Informa-te junto da ANS ▲

Sistema Retributivo agrava injustiças

Muito se escreveu já sobre a transição dos militares para a **Tabela Única Remuneratória** dos trabalhadores que exercem funções públicas. O Decreto-Lei 296/2009, de 14 de Outubro, alterou a estrutura do regime remuneratório aplicável aos militares do QP, RC e RV, dos três Ramos das Forças Armadas.

Ainda antes da sua publicação em Diário da República, a ANS, com base no projecto de diploma que lhe havia sido enviado, elaborou um parecer em que se apontavam diversas razões para considerar o novo regime remuneratório como um mau regime. Posteriormente e após o conhecimento do texto final, fizeram-se comunicados e documentos entregues pessoalmente aos Senhores Ministro da Defesa Nacional e ao Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, onde se evidenciaram claramente as razões que motivaram a ANS a defender a suspensão de eficácia do diploma até que o mesmo fosse corrigido e ou, expurgado dos problemas de desigualdade de tratamento que apresentava. Não tendo as nossas propostas sido consideradas pelo MDN, este mês, de acordo com o entendimento conjunto dos três Chefes de Estado-maior, aplicam-se na prática as três fases de transição para a Tabela Remuneratória Única (TRU), a saber:

- 1.ª – Integração na TRU em Níveis Remuneratórios Automaticamente Criados (NRAC) e em Posições Remuneratórias Intermédias (PI) automaticamente criadas;
- 2.ª – Aplicação das regras de promoção para forçar a passagem dos militares dos NRAC em que foram posicionados para a Posição Remuneratória 1 (P1) de cada posto;
- 3.ª – Aplicação das regras de progressão a todos os militares, contando o tempo adquirido no escalão até 01Jan2010.

Independentemente das injustiças que surgem pela aplicação destas regras, as quais identificaremos mais adiante, não podemos deixar de lembrar alguns dos **pontos negros** deste sistema retributivo:

- ← Maior compressão das categorias de Praças e Sargentos. Enquanto cada uma destas categorias progride apenas 16 níveis remuneratórios, a categoria de oficiais desenvolve-se em 39 níveis, alargando ainda mais o enorme fosso retributivo que nos separava uns dos outros;
- ✓ Desigualdade de tratamento nos valores atribuídos aos níveis. Enquanto a categoria de oficiais possui uma quase total simetria entre os anteriores escalões e os novos níveis, ficando o 1.º escalão de cada posto, logo abaixo do 1.º nível do mesmo posto e assim sucessivamente, nas categorias de Praças e de Sargentos, esta correspondência é totalmente assimétrica, em 1SAR, em SAJ e em SCH, em que os dois primeiros escalões de 1SAR, os quatro primeiros escalões de SAJ e os três escalões de SCH são todos inferiores ao primeiro nível remuneratório da TRU correspondente a cada um dos postos;
- ✓ Atribuição de despesas de representação a mais de 400 cargos equiparados a direcção superior dos 1.º e 2.º graus e a direcção intermédia do 1.º grau. Apesar de todos os Comandantes de Unidade estarem incluídos nestes níveis, o SMOR, no desempenho de funções de Adjunto do Comandante, não foi considerado para efeitos.

Não tendo estes e outros exemplos sido suficientes para impedir o avanço do novo regime remuneratório, **novas situações de injustiça e desigualdade de tratamento** surgem agora com a aplicação efectiva das regras de transição. Entre estas sobressaem:

- ✓ A inversão retributiva que ocorre na categoria de Praças, existindo situações de Soldados que ficam a vencer mais do que os 2.ºs e 1.ºs Cabos, subvertendo todos os princípios militares e colocando claramente em causa os pilares fundamentais da coesão e da disciplina;
- ✓ Os SCH promovidos após 1 de Janeiro de 2008 ficam a auferir apenas mais 0,77 € de remuneração base do que os SAJ colocados na 2.ª posição remun

Posicionamento dos Sargentos na TRU após aplicação das regras de transição							
Escalão e Remuneração Base em 31 Dez 2009				Posicionamento TRU 01 Jan 2010			Aumento RBase
Posto	Data Promoção / Graduação	Esc.	Rem. Base	Posição Remuneratória	Nível Remuneratório	Valor 2010	
SMOR	Promovidos até 01Jan2008	2	2.040,59	P2	32	2.076,84	36,25
		1	1.857,85				218,99
	Promovidos após 02 Jan 2008	1	1.857,85		NRAC 29A	1.857,85	0,00
SCH	Promovidos até 01Jan2008	3	1.736,02	P2	27	1.819,38	83,36
		2	1.675,11				144,27
		1	1.614,19				205,19
	Promovidos após 02 Jan 2008	1	1.614,19		NRAC 26C	1.614,19	0,00
SAJ	Promovidos até 01Jan2008	5	1.583,74	P2	23	1.613,42	29,68
		4	1.553,28				60,14
		3	1.492,37				121,05
		2	1.461,91				151,51
		1	1.431,46				181,96
	Promovidos após 02 Jan 2008	2	1.461,91		NRAC 22C	1.461,91	0,00
		1	1.431,46		NRAC 22D	1.431,46	0,00
1SAR	Promovidos até 01Jan2008	5	1.431,46	PI 2+		1.431,46	0,00
		4	1.401,00				30,46
		3	1.370,54				60,92
		2	1.340,09				67,36
		1	1.309,63				97,82
	Promovidos após 02 Jan 2008	1	1.309,63	PI 1+		1.370,54	60,91
					NRAC 18A	1.340,09	30,46
2SAR	Graduados 1SAR	1	1.340,09	PI 2++		1.340,09	0,00
			1.309,63	PI 2+		1.309,63	0,00
	Promovidos até 01Jan2008	1	1.157,35	P2	17	1.304,46	147,11
	Promovidos após 01Jan2008	1	1.157,35		NRAC 16B	1.157,35	0,00
SSAR/FUR	Promovidos até 01Jan2008	2	883,24	P2	10	944,02	60,78
		1	852,78				91,24
	Promovidos após 01Jan2008	1	852,78		NRAC 9B	852,78	0,00
2SSAR/2FUR				P1	7	789,54	n.a.
		1	755,32		NRAC 7A	755,32	0,00

	% Efectivo por Categoria	Dist. Massa Salarial 31Dez09	Dist. Massa Salarial 01Jan10
Efectivo total			
OF GEN	0,99	1,998	2,000
Oficiais	37,16	46,638	46,685
Sargentos	61,85	51,364	51,315

neratória;

- ✓ Os SAJ promovidos após 1 de Janeiro de 2008 ficam a auferir exactamente a mesma remuneração base do que os 1SAR colocados na posição intermédia entre a 2.ª e a 3.ª posições remuneratórias;
- ✓ Os 2SAR graduados em 1SAR ficam a vencer mais do que os 1SAR promovidos após 1 de Janeiro de 2008;
- ✓ Na 2.ª posição remuneratória de cada um dos postos vamos ter todos os militares promovidos àquele posto que possuem entre dois e quinze anos de posto, todos com a mesma remuneração base, deixando de ser relevante o tempo de antiguidade que possuem.

Estes exemplos são facilmente observáveis no Quadro I, onde se comparam as remunerações base de cada escalão e posto em 31 de Dezembro de 2009 (à esquerda) e a sua correspondência nas posições e níveis da nova tabela (à direita). Da análise da tabela verificamos igualmente que quanto maior é a antiguidade do militar em cada um dos postos, menor é o aumento que se lhe aplica, comparativamente aos militares mais modernos do mesmo posto, sendo

que, para todos os promovidos após 1 de Janeiro de 2008 o aumento é zero (0,00€).

Todos os problemas, distorções e desigualdades apontadas apenas devem servir para que reforcemos a vontade colectiva de fazer ouvir as nossas vozes, de continuar a denunciar estas atrocidades e de trabalhar no sentido de apresentar, junto do poder político, os necessários contributos para que os homens e mulheres que escolheram ser Sargentos de Portugal, possam voltar a sentir que são tratados com o respeito e dignidade que lhes são devidos.

Esta é uma luta de todos e que apenas poderá dar frutos se todos "gritarmos a uma só voz".

No Quadro II podemos verificar, com clareza, que a equidade interna não foi considerada, antes pelo contrário, assistindo-se a um aumento da massa salarial (mesmo em percentagem) na categoria de Oficial em detrimento da categoria de Sargentos.

Esta análise não entra em consideração nem com as despesas de representação nem com o suplemento da condição militar, se o fizesse esta desigualdade seria ainda mais acentuada. ▲